



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

VOLUME 18



Prestação de Serviços de **Manutenção e** **Conservação de Jardins**

compras.sp.gov.br



ÍNDICE

ÍNDICE	2
INSTRUÇÕES GERAIS	5
INSTRUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ESPECÍFICAS	7
CAPÍTULO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	11
A. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	11
1. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	11
2. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	12
3. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	23
4. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	23
5. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	23
B. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E LOCAIS	24
C. MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO	26
D. ESPECIFICAÇÕES PARA O MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA	28
E. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS	29
CAPÍTULO II – VALORES REFERENCIAIS	37
CAPÍTULO III – DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS	56
CAPÍTULO IV – MINUTAS PADRONIZADAS	78
CRÉDITOS	79



LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estimativa dos preços referenciais (R\$/m ² e R\$/ha), segundo o tipo de serviço executado	37
Quadro 2: Composição dos preços referenciais, segundo o tipo de serviço executado	37
Quadro 3: Categorias consideradas nos custos de mão de obra e suas respectivas convenções coletivas de trabalho	38
Quadro 4: Resumo dos custos de mão de obra	38
Quadro 5: Custos de mão de obra – Jardineiro.....	39
Quadro 6: Custos de mão de obra – Ajudante de jardinagem	40
Quadro 7: Custos de mão de obra – Encarregado.....	41
Quadro 8: Custos de mão de obra – Operador de roçadeira ou microtrator	42
Quadro 9: Custos de mão de obra – Responsável técnico	43
Quadro 10: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana.....	44
Quadro 11: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude.....	44
Quadro 12: Custo mensal (R\$) de pessoal para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins	44
Quadro 13: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de poda de pequena monta	45
Quadro 14: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção	45
Quadro 15: Ferramentas necessárias para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.....	45
Quadro 16: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana.....	44
Quadro 17: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude.....	45
Quadro 18: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados de jardins	47
Quadro 19: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de poda de pequena monta	48
Quadro 20: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção	48
Quadro 21: Custo mensal (R\$) de ferramentas para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins para o Responsável técnico	49
Quadro 22: Equipamentos necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.....	49



Quadro 23: Custo mensal (R\$) de equipamentos para prestação de serviços	49
Quadro 24: Insumos necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.....	50
Quadro 25: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana.....	50
Quadro 26: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude.....	51
Quadro 27: Custo mensal (R\$) de insumos para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins	51
Quadro 28: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de poda de pequena monta	51
Quadro 29: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção	52
Quadro 30: EPCs necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.....	52
Quadro 31: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana	52
Quadro 32: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude	53
Quadro 33: Custo mensal (R\$) dos EPCs para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins	53
Quadro 34: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de poda de pequena monta	53
Quadro 35: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção	53
Quadro 36: Modelo de planilha de orçamento – Exemplo de utilização dos valores referenciais.....	54
Quadro 37: Valor unitário, quantitativo mínimo e vida útil de uniformes.....	58
Quadro 38: Valor unitário, quantitativo mínimo e vida útil de EPIs.....	59
Quadro 39: Produtividades por serviço (m ² /mês)	61
Quadro 40: Parâmetros para cálculo do BDI.....	76



INSTRUÇÕES GERAIS

Este volume trata do estabelecimento de diretrizes e parâmetros para orientar a contratação dos serviços de manutenção e conservação de jardins mediante a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a consecução do objeto.

Para melhor utilização das informações e dos dados constantes neste volume, devem ser observadas as instruções gerais a seguir.

1. Recomenda-se a utilização da seguinte nomenclatura nas contratações: **Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins**.
2. Fica definido como unidade de medida para a contratação desses serviços o **m² (metro quadrado)**.
3. O termo “valores referenciais”, constante neste estudo, refere-se aos valores definidos com base em composições técnicas estabelecidas para execução dos serviços e em preços referenciais obtidos no mercado, de acordo com o Decreto nº 67.888/23, e deverão ser utilizados como parâmetros de aceitabilidade dos menores preços ofertados. Ressalta-se que, em conformidade com o Artigo 8º do Decreto nº 67.888/23, a contratação de serviços terceirizados utilizará os valores dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.compras.sp.gov.br/>.
4. Os valores apresentados no capítulo II deste estudo devem ser considerados como resultado do trabalho como um todo, em vista de os mesmos refletirem, principalmente nas especificações técnicas, a legislação vigente e os preços de mercado dos insumos. Esses valores incluem mão de obra, uniformes, equipamentos de proteção individual, ferramentas e demais insumos necessários à execução dos serviços, encargos sociais, tributos e impostos inerentes à prestação dos serviços, bem como a taxa de lucro do Contratado.
5. As produtividades indicadas no capítulo II são referenciais adotados para efeito de composição de preços de serviços por unidade de medida específica em cada atividade. Assim, nos atos convocatórios não deverão constar quaisquer exigências relativas às produtividades e/ou aos quantitativos de profissionais envolvidos na prestação dos serviços.
6. Ao se planejar a licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de jardins, deve ser considerada a representatividade da mão de obra na composição desses serviços, entre outros fatores. Portanto, as licitações relativas a esse serviço devem ser processadas considerando que os valores ofertados das propostas comerciais devem estar referenciados à base do último dissídio dos acordos ou convenções coletivas de trabalho das respectivas categorias profissionais.
7. A utilização dos valores referenciais unitários dos serviços como critério de aceitabilidade nas licitações, combinada com a data fixada para a contagem do prazo anual para aplicação da repactuação de preços, assegurará à Administração condições contratuais equalizadas no âmbito do Estado, atentando-se aos princípios de competitividade, economicidade, legalidade, entre outros.



8. Recomenda-se o período de 30 (trinta) meses para a vigência inicial dos contratos.
9. Em conformidade com o Art. 135 da Lei Federal nº. 14.133/21, os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais.
10. Para a elaboração do presente estudo, foram pesquisadas e ordenadas as legislações sobre licitações e contratos específica, complementar, trabalhista, previdenciária e tributária/fiscal, assim como a convenção coletiva de trabalho ou o dissídio das categorias profissionais abrangidas pelo serviço de conservação e manutenção de jardins.
11. Encontra-se inserida no presente estudo (apêndice) uma ferramenta a ser utilizada na gestão contratual, integrante do procedimento de Avaliação da Execução dos Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.
12. Como as exigências estabelecidas nas especificações técnicas são, em princípio, de uso comum aos órgãos da Administração Pública Estadual e são de cunho abrangente, as especificidades dos serviços de manutenção e conservação de jardins que se apresentem como importantes para cada Contratante deverão ser consideradas tanto na adaptação das especificações técnicas como na composição dos respectivos preços dos serviços.
 - 12.1. Necessidades específicas não contempladas nas especificações técnicas ou itens originalmente agregados que se apresentem como excessivos em uma determinada contratação implicarão ajustes e adaptações, pelos próprios órgãos, nas correspondentes composições de preços constantes do Capítulo II deste volume.
13. O modelo apresentado neste estudo aplica-se às seguintes alternativas de situações que demandem a contratação de serviços contínuos de Manutenção e Conservação de Jardins: (i) serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com predominância de mão de obra, quando a Unidade Contratante identificar a desnecessidade de regime de dedicação exclusiva (cujos requisitos constam do inciso XVI do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021) para a execução do objeto, tendo em vista a dimensão da área a ser licitada em conjunto com as demais especificações técnicas da contratação; ou (ii) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quando a Unidade Contratante identificar a necessidade de regime de dedicação exclusiva (cujos requisitos constam do inciso XVI do artigo 6º mencionado) para a execução do objeto, tendo em vista a dimensão da área a ser licitada em conjunto com as demais especificações técnicas da contratação.



INSTRUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ESPECÍFICAS

1. Este caderno foi desenvolvido considerando a adesão do Governo do Estado de São Paulo à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Decreto nº 64.148, de 19 de Março de 2019) e, em especial, com vistas a promover ações relacionadas ao crescimento econômico, à inclusão social e à proteção ao meio ambiente. Essas diretrizes também estão contempladas no Decreto Estadual nº 50.170/2005, que tem como objetivo com o objetivo de promover critérios socioambientais nas contratações estaduais.
2. Observa-se que a Lei Estadual nº 13.798, de 2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 68.308, de 2024 tem por objetivos gerais estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispor sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera. Nesse contexto, cabe ressaltar que a transparência na Administração Pública deve ser reconhecida como ação de cunho socioambiental, pois o acesso às informações, propiciado à sociedade por meio de ferramentas como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a exemplo de outros sistemas de apoio à gestão da Administração Pública Estadual, facilita o acompanhamento do desempenho das compras governamentais.
3. Observa-se também que a prática de valores éticos e socioambientais que envolvem a licitação e se estendem na gestão contratual reflete a responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor. Assim devem ser entendidas, por exemplo, a exigências relativas ao cumprimento das normas relativas à saúde e segurança no trabalho.
4. Também merecem destaque práticas de gestão no cumprimento das determinações legais que conferem à Administração importante papel na garantia de direitos e conquistas trabalhistas, tais como a observação quanto ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e retenções da Previdência Social, e exigências decorrentes de convenção ou acordo coletivo das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços terceirizados.
5. A justa aplicação de sanções administrativas, inclusive decorrentes de infrações ambientais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação vigente inibe que fornecedores tenham comportamento incompatível com os valores éticos da Administração Pública.
6. As boas práticas de otimização de recursos na redução de desperdícios ou menor poluição se pautam em alguns pressupostos que visam à maximização do valor adicionado (utilidade, prazer, satisfação do usuário, satisfação das necessidades e contribuição para operações eficientes) e, ao mesmo tempo, à minimização dos impactos ambientais e sociais adversos, que deverão ser observados tanto pelo Contratado quanto pelo Contratante, a saber:
 - Maximização dos resultados ambientais e sociais;
 - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;



- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, utilizando, sempre que possível e demonstrada sua conveniência ambiental, substâncias naturais e/ou biodegradáveis;
 - Racionalização ou economia nos consumos de energia (especialmente elétrica) e água;
 - Treinamento e capacitação periódica dos profissionais sobre boas práticas de redução de desperdícios ou poluição; e
 - Reciclagem ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades, objeto da contratação.
7. Sempre que possível, deverá ser praticada irrigação com água de reuso ou outras fontes (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).
8. Nos plantios e replantios, sempre que possível, deve ser priorizado o uso de plantas nativas regionais para incentivar a preservação da flora local.
9. Para as ocorrências relativas ao descarte de materiais potencialmente poluidores, deverão ser elaborados manuais de procedimentos a serem observados tanto pelo Contratante como pelo Contratado. Por exemplo:
- Entregar pilhas e baterias dispostas para descarte, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, nos pontos de coleta credenciados e inseridos em rede de programa de responsabilidade pós-consumo do setor de pilhas e baterias, em atendimento à Resolução CONAMA nº 401, de 05 de novembro de 2008, e às Leis Estadual nº 12.300, de 2006 e Federal nº 12.305, de 2010 de Resíduos Sólidos e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como à Resolução SMA nº 45, de 2015; e
 - Tratamento idêntico deverá ser aplicado às embalagens de produtos e outros resíduos não consumíveis imediatamente pela natureza. Quando descartados esses produtos, os resíduos de substâncias prejudiciais à vida humana ou animal deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
10. A capina química, bem como o uso de agrotóxicos para fins agrícolas em áreas urbanas, é proibida. O Contratado deverá empregar somente produtos inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, moluscicidas, nematicidas, acaricidas, bactericidas, reguladores de crescimento, abrilhantadores de folhas e outros produtos de origem química ou biológica para uso em jardinagem amadora de venda direta ao consumidor, aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
11. Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de saneantes, as normas e boas práticas, bem como as recomendações do fabricante, zelando pela saúde e integridade de seus profissionais.
12. Os relatórios divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), que descrevem os avanços feitos na compreensão dos fatores humanos e naturais que causam a mudança do clima, atribuem, principalmente ao uso de combustíveis fósseis, o aumento de concentração de CO₂ na



atmosfera. Dessa forma, na contratação dos serviços de manutenção e conservação de jardins, as considerações sobre o tipo de combustível utilizado na execução dos serviços são parâmetros relevantes na definição das regras da contratação.

As mudanças na quantidade de gases de efeito estufa e aerossóis da atmosfera, na radiação solar e nas propriedades da superfície terrestre alteram o equilíbrio energético do sistema climático. [...]. Os aumentos globais da concentração de dióxido de carbono se devem principalmente ao uso de combustíveis fósseis e à mudança no uso da terra. Já os aumentos da concentração de metano e óxido nitroso são devidos principalmente à agricultura (Sumário para os Formuladores de Políticas – Quarto Relatório de Avaliação do GT1 do IPCC).

CAPÍTULO I



Especificações Técnicas



CAPÍTULO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Este Capítulo apresenta as especificações técnicas a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual na elaboração dos artefatos da fase de planejamento destinados à contratação de serviços de manutenção e conservação de jardins. Com base nas minutas-padrão referidas no Capítulo IV, são consolidadas orientações, modelos documentais, diretrizes e instruções para a elaboração dos artefatos correspondentes ao Termo de Referência, Relação de Postos e Locais, Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso, Especificações para o Modelo de Planilha de Proposta e Avaliação da Qualidade dos Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.

A. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O conteúdo apresentado nesta seção deve substituir a redação correspondente da minuta-padrão de Termo de Referência (TR), de forma a adequá-la às contratações de serviços de manutenção e conservação de jardins. Os trechos destacados em vermelho indicam campos que devem ser personalizados pela Unidade Contratante, conforme a realidade, as necessidades e as especificidades do órgão ou entidade. Ressalta-se que a numeração dos itens poderá divergir daquela constante na minuta-padrão, em razão das adaptações necessárias ao presente modelo.

1. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a consecução do objeto, nos quantitativos, áreas e locais especificados que constitui Anexo do Edital, e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento

1.2. O serviço de manutenção e conservação de jardins compreende os seguintes itens de contratação:

- 1.2.1. Manutenção e conservação de gramados em área plana;
- 1.2.2. Manutenção e conservação de gramados em área de talude;
- 1.2.3. Manutenção e conservação de jardins;
- 1.2.4. Poda de pequena monta: execução de serviços rotineiros de poda de arbustos (poda de formação e limpeza em arbustos e cercas vivas) e de árvores de pequeno porte (ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metros); e
- 1.2.5. Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção.

1.3. O objeto inclui o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs), insumos e ferramentas necessárias para a perfeita execução dos serviços e mão de obra operacional em número suficiente e adequado para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas e as legislações vigentes.



1.4. Todos os serviços deverão ser realizados com a finalidade de:

- 1.4.1. Manter a boa aparência do jardim;
- 1.4.2. Manter saudáveis as plantas e os gramados;
- 1.4.3. Manter a limpeza e a ordem do jardim; e
- 1.4.4. Manter a limpeza e a ordem de terrenos.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1 Início da execução do objeto: [XX (XXX)] dias [a contar da assinatura do contrato] OU [a contar da emissão da ordem de serviço];

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s): [...].

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]

Descrição dos serviços

5.4. A Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins envolverá todas as etapas do processo de operacionalização das áreas identificadas, conforme o padrão estabelecido pelo Contratante.

5.5. Os serviços deverão estar sob a responsabilidade técnica de profissional de capacitado em áreas correlatas ao objeto contratado (engenharia, agronomia, arquitetura, gestão ambiental, biologia ou química) com registro junto ao Conselho Regional correspondente, conforme legislação vigente.

5.6. Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados e contar com quadro de pessoal operacional capacitado e em número suficiente.

5.7. O Contratado deverá executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, entre as quais se destacam:

5.7.1. Em relação à manutenção e conservação de gramados em área plana e/ou área de talude:

- 5.7.1.1. o acompanhamento técnico periódico;
- 5.7.1.2. a adubação (mineral e orgânica);
- 5.7.1.3. a análise química do solo;
- 5.7.1.4. a aplicação de produtos químicos, com a devida proteção ambiental de profissionais e pessoas;
- 5.7.1.5. a capinação;



5.7.1.6. a coleta e remoção de lixo;

5.7.1.7. o controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle de pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;

5.7.1.8. o coroamento em plantas ou colocação de cobertura morta;

5.7.1.9. a correção do solo: quantificar carências e excessos que o solo apresente por meio da análise de acidez e deficiências de macro e micronutrientes para aplicação adequada e a racionalização dos insumos agrícolas;

5.7.1.10. o corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;

5.7.1.11. os cortes de gramados, incluindo recortes em passeios, canteiros, árvores e muros;

5.7.1.12. o desinçamento dos gramados e canteiros;

5.7.1.13. a erradicação das plantas invasoras;

5.7.1.14. a irrigação com água de reuso;

5.7.1.15. a limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e de qualquer outro tipo de detrito;

5.7.1.16. a manutenção geral do gramado com controle de daninhas, poda, adubação e cobertura com substrato específico;

5.7.1.17. os pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais, utilizando métodos para conservação do solo;

5.7.1.18. a rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;

5.7.1.19. o refileamento das áreas gramadas;

5.7.1.20. o replantio;

5.7.1.21. a reposição de terra; e

5.7.1.22. a roçada.

5.7.2. Em relação à manutenção e conservação de jardins:

5.7.2.1. o acompanhamento técnico periódico;

5.7.2.2. a adubação (mineral e orgânica);

5.7.2.3. o afofamento do solo em vasos e jardineiras;

5.7.2.4. a análise química do solo;

5.7.2.5. a aplicação de produtos químicos, com a devida proteção ambiental de profissionais e pessoas;

5.7.2.6. a capinação;

5.7.2.7. a coleta e remoção de lixo;

5.7.2.8. a condução de trepadeira;

5.7.2.9. o controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle de pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;



- 5.7.2.10. o coroamento em plantas ou colocação de cobertura morta;
- 5.7.2.11. a correção do solo: quantificar carências e excessos que o solo apresente por meio da análise de acidez e deficiências de macro e micronutrientes para aplicação adequada e racionalização dos insumos agrícolas;
- 5.7.2.12. o corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- 5.7.2.13. o corte de cercas vivas;
- 5.7.2.14. o cultivo e expansão de mudas;
- 5.7.2.15. o desinçamento dos gramados e canteiros;
- 5.7.2.16. a erradicação das plantas invasoras;
- 5.7.2.17. a irrigação com água de reuso;
- 5.7.2.18. a limpeza e reposição de folhagens e flores, com colocação de terra e adubo em vasos e floreiras;
- 5.7.2.19. a limpeza geral: limpeza de toda a área com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e de qualquer outro tipo de detrito;
- 5.7.2.20. a ornamentação dos jardins;
- 5.7.2.21. os pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais, utilizando métodos para conservação do solo;
- 5.7.2.22. a rastelagem e remoção dos restos vegetais resultantes do corte;
- 5.7.2.23. os recortes específicos de meios-fios, calçadas e canteiros;
- 5.7.2.24. a reformulação de canteiro de flores e folhagens;
- 5.7.2.25. o replantio;
- 5.7.2.26. a reposição de terra em canteiros, vasos e jardineiras;
- 5.7.2.27. a reposição ou troca de pedrisco;
- 5.7.2.28. a roçada;
- 5.7.2.29. o transplante de folhagens e flores existentes; e
- 5.7.2.30. o tratamento das plantas nos vasos internos (poda de limpeza, afofamento do solo, adubação e aplicação de óleo mineral).
- 5.7.3. Em relação à poda de pequena monta (arbustos, cercas vivas e árvores de pequeno porte – ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metros):
 - 5.7.3.1. o acompanhamento técnico periódico;
 - 5.7.3.2. a coleta e remoção de lixo;
 - 5.7.3.3. a condução de trepadeira;
 - 5.7.3.4. o controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle a pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;
 - 5.7.3.5. o corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
 - 5.7.3.6. o corte de cercas vivas;
 - 5.7.3.7. a erradicação das plantas invasoras;



5.7.3.8. a poda de formação;

5.7.3.9. a poda de limitação de crescimento dos arbustos;

5.7.3.10. a poda de limpeza; e

5.7.3.11. a rastelagem e remoção dos restos vegetais resultantes do corte.

5.7.4. Em relação à manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção:

5.7.4.1. a capinação;

5.7.4.2. o corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;

5.7.4.3. a limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e de qualquer outro tipo de detrito;

5.7.4.4. a remoção, carga, transporte e descarregamento dos materiais resultantes da limpeza geral; e

5.7.4.5. a roçagem de vegetação diversa envolvendo corte manual e/ou mecanizado das áreas.

5.8. Toda remoção, carga, transporte e descarregamento dos materiais resultantes da limpeza geral devem seguir rigorosamente as normas técnicas e legislações que regulamentam a matéria, em especial a NBR 10004:2004.

5.9. Para os serviços realizados na cidade de São Paulo, observar a Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 58.701, de 4 de abril de 2019, as Leis Municipais nº 14.803, de 26 de junho de 2008, e nº 14.973, de 11 de setembro de 2009, bem como os Decretos Municipais nº 37.952, de 10 de maio de 1999, nº 46.594, de 03 de novembro 2005, e nº 54.991, de 02 de abril de 2014.

5.10. Caberá ao responsável técnico determinar a correta periodicidade de realização das atividades, observando que:

5.10.1. A irrigação deverá ser feita no período da seca. A água utilizada para a irrigação deve ser de reuso, não podendo ser utilizada água tratada proveniente da rede pública de abastecimento;

5.10.2. O Contratado deverá empregar somente produtos inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, moluscicidas, nematicidas, acaricidas, bactericidas, reguladores de crescimento, abrillantadores de folhas e outros produtos de origem química ou biológica para uso em jardinagem amadora de venda direta ao consumidor, aprovados pela ANVISA; e

5.10.3. O responsável técnico deve determinar a periodicidade correta para a adubação e o tipo de adubo a ser utilizado, de acordo com as características da área e com os resultados obtidos pela análise de solo realizada.

Obrigações e responsabilidades do Contratado

5.11. Para prestação dos serviços Manutenção e Conservação dos Jardins, o Contratado obriga-se a:

5.11.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

5.11.2. Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de



contingência para situações emergenciais, tais como falta d'água e/ou de energia elétrica, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a manutenção do atendimento adequado.

5.11.3. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

5.11.4. Quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, nas áreas escopo dos trabalhos, respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas no que tange à qualidade, à quantidade ou à destinação. Essas atividades são de inteira responsabilidade do Contratado, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

5.11.5. Disponibilizar insumos suficientes, adequados e necessários para a manutenção das áreas, assim como equipamentos e ferramentas utilizados na execução das atividades objeto desta contratação.

5.11.6. Manter prioritariamente os veículos envolvidos indiretamente na execução, no apoio e na supervisão dos serviços classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), considerando-se sua categoria.

5.11.7. Fornecer ao Contratante uma cópia do resultado da análise do solo, sempre que esta atividade for realizada.

5.11.8. Manter em perfeitas condições de uso as dependências e os equipamentos vinculados à execução dos serviços, responsabilizando-se por eventuais extravios ou quebras.

5.11.9. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como ferramentas manuais, carrinhos para transporte de materiais etc., de forma que não sejam confundidos com similares de propriedade do Contratante.

5.11.10. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e pela limpeza de seus equipamentos e suas ferramentas.

5.11.11. Executar a manutenção corretiva de seus equipamentos e suas ferramentas, substituindo-os quando necessário, a fim de garantir a continuidade dos serviços.

5.11.12. Os equipamentos, utensílios e móveis pertencentes ao Contratante e disponibilizados ao Contratado deverão, ao término do contrato, ser devolvidos em condições de uso.

5.11.13. Providenciar a contagem e a verificação do estado de conservação dos equipamentos e das instalações na presença de preposto designado pelo Contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do contrato, para possíveis reparos, substituições ou reposições durante o citado período.

5.11.14. Utilizar as dependências vinculadas à execução do serviço exclusivamente para atender ao objeto do contrato.

5.11.15. Estabelecer e cobrar o cumprimento de padrões de conduta adequada na utilização dos saneantes, materiais e equipamentos utilizados.

5.11.16. Caberá ao Contratado considerar a idade mínima de 18 anos para o provimento de todos os postos de trabalho necessários à plena prestação dos serviços.

5.11.17. O Contratado deverá zelar pela administração do seu pessoal, adotando



as medidas necessárias ao bom desempenho do serviço.

5.11.18. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o mediante crachás com fotografia recente e provendo-o dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

5.11.19. Para a execução dos serviços, o Contratado deve manter no local de trabalho o número suficiente e adequado de pessoal operacional, necessário ao exato cumprimento das obrigações assumidas.

5.11.20. Manter como responsável técnico por esses serviços um profissional de nível superior em áreas correlatas ao objeto contratado (engenharia, agronomia, arquitetura, gestão ambiental, biologia ou química), devidamente inscrito no Conselho Regional e que possa ser acionado a qualquer momento, caso necessário.

5.11.21. Todos os funcionários devem ter experiência no exercício de suas funções, o que será comprovado pela apresentação, no ato da assinatura do contrato, de cópia autenticada da carteira de trabalho de cada um deles, na parte que comprova o registro do empregado.

5.11.22. No ato da assinatura do contrato e a cada dispensa ou admissão, o Contratado apresentará ao Contratante a relação de profissionais alocados aos serviços, comunicando imediatamente as alterações no quadro de pessoal.

5.11.23. Cabe ao Contratado manter os empregados no padrão de higiene recomendado pela legislação vigente, fornecendo uniformes e equipamentos de proteção individual específicos para o desempenho das funções sem ônus para os mesmos, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 06 (Equipamentos de Proteção Individual), com a redação atualmente vigente, de acordo com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre os uniformes e equipamentos, destacam-se: aventais, calças, camisas, capas de chuva, botas ou tênis antiderrapantes.

5.11.24. O Contratado deverá proceder à avaliação médico-sanitária de seus funcionários, nos termos das normas em vigor, de forma a manter no local de trabalho funcionários com padrão e condição de saúde adequados ao desempenho do serviço, apresentando, quando solicitados, os laudos dos exames de saúde de seus empregados.

5.11.25. Em relação aos profissionais alocados na execução dos serviços, o Contratado deverá:

5.11.25.1. Controlar a assiduidade e a pontualidade do pessoal no serviço, comunicando imediatamente à Administração do Contratante eventuais alterações e atrasos, suprimindo as eventuais ausências e assegurando-lhes meios de locomoção até o local de trabalho;

5.11.25.2. Fiscalizar e assegurar a adequada conduta do seu pessoal nos setores de atividade e nas dependências do Contratante, fornecendo-lhes o manual de procedimentos contendo instruções acerca de obrigações, atos, atitudes e ações cabíveis e outras a serem evitadas durante o serviço;

5.11.25.3. Responsabilizar-se pela disciplina de seus profissionais durante suas horas de trabalho e comprometer-se a garantir que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, seja no relacionamento entre companheiros, seja no atendimento aos usuários;

5.11.25.4. Substituir imediatamente qualquer profissional, a pedido do Contratante;



- 5.11.25.5. Manter no local de trabalho um representante como responsável pelos serviços e pelo seu pessoal, o qual responderá às solicitações e contatos junto ao Contratante. Providenciar, ato contínuo a eventuais impedimentos, a efetiva e imediata substituição do mesmo por profissional de experiência equivalente ou superior, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.11.25.6. Afixar no recinto do Contratante as escalas de serviço mensal de seus profissionais, especificando todas as funções com nomes e respectivos horários;
- 5.11.25.7. Promover, periodicamente, treinamentos específicos, teóricos e práticos, para toda a equipe de trabalho, abordando, obrigatoriamente, temas como prevenção de acidentes de trabalho, combate a incêndio e demais assuntos relacionados à execução das atividades dos profissionais;
- 5.11.25.8. Nas atividades diárias, o profissional do Contratado deverá usar uniforme completo, limpo, passado e identificado com crachá da empresa;
- 5.11.25.9. Responsabilizar-se, em caso de greve da categoria (jardineiros), pela manutenção total dos serviços contratados, para que não haja interrupção dos mesmos;
- 5.11.25.10. Todas as determinações dadas pelo gestor do contrato ao representante indicado pelo Contratado serão consideradas como dirigidas ao Contratado, assim como todas as ações ou omissões deste profissional que venham a prejudicar a normalidade dos serviços;
- 5.11.25.11. Correrão às expensas do Contratado quaisquer exames laboratoriais ou tratamentos necessários a seus profissionais;
- 5.11.25.12. O Contratado deve comunicar ao Contratante quanto à existência de ações trabalhistas decorrentes da execução do contrato que, direta ou indiretamente, responsabilizem o Contratante em seus processos;
- 5.11.25.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito;
- 5.11.25.14. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança, medicina do trabalho e proteção ambiental;
- 5.11.25.15. Fornecer os benefícios mensais e diários, tais como cesta básica, vale-refeição, vale-transporte, assistência social familiar sindical, assistência à saúde médica e odontológica, e demais benefícios que estejam previstos na legislação, convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 5.11.25.16. Periodicamente, ministrar a seus profissionais curso para aplicação de saneantes, nos quais serão esclarecidos os riscos desse trabalho, além de ações a serem tomadas para a prevenção de acidentes. Para essa função, fica proibida a contratação de trabalhadores não alfabetizados;
- 5.11.25.17. Manter profissionais devidamente capacitados e qualificados para operar máquinas, equipamentos e implementos, em conformidade com a legislação vigente;
- 5.11.25.18. O Contratado deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;
- 5.11.25.19. Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais



previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

5.11.25.20. Atender a todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados durante a execução desta contratação, ainda que acontecido em dependência do Contratante;

5.11.25.21. Arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.11.25.22. Arcar com os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação; e

5.11.25.23. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos supracitados não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Contratante, nem pode onerar o objeto desta contratação.

5.11.26. O Contratado deve manter a qualidade e uniformidade do serviço, independentemente das escalas de serviço adotadas.

5.11.27. O Contratado deve cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados o regulamento interno do Contratante.

5.11.28. Observar as regras de boa técnica e de segurança quanto às ferramentas, mantendo rigoroso controle, de forma a garantir que não seja possível sua utilização para outros fins.

5.11.29. Obedecer, na execução e desenvolvimento das atividades, às determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, e suas alterações, além de normas e procedimentos internos do Contratante, relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho, no que couber.

5.11.30. Obedecer a todas as normas aplicáveis previstas na legislação trabalhista.

5.11.31. Apresentar, quando solicitada, comprovação do cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive, nas hipóteses em que forem exigidos pela respectiva legislação, cópia do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com o conteúdo mínimo determinado pelas Normas Regulamentadoras nos 1, 7 e 9, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.11.32. Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos relacionados com seus profissionais na prestação dos serviços objeto do contrato, sejam eles decorrentes da legislação trabalhista, social, previdenciária e/ou ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional e/ou ocupacional.

5.11.33. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no art. 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

5.11.34. Adotar todas as diretrizes que se fizerem necessárias para minimizar a



probabilidade de ocorrência de acidentes envolvendo pessoas, propriedades ou bens do Contratante, do Contratado ou de terceiros.

5.11.35. Prever a utilização intensiva de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de acordo com as normas e legislações pertinentes aos assuntos e previstas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devendo, também, antes do início dos serviços, apresentar por escrito ao Contratante os EPIs que serão utilizados nos locais onde o funcionário estará exposto a possíveis riscos de acidente.

5.11.36. O Contratado reconhece que é o único e exclusivo responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus profissionais em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Contratante, ressarcimento ou indenizações por tais danos ou prejuízos que possam causar.

5.11.37. O Contratado deve fornecer os insumos necessários e adequados em quantidade suficiente para a realização das atividades aqui compreendidas, com exceção das mudas e dos saneantes, cuja responsabilidade pelo fornecimento é do Contratante.

5.11.38. Em relação ao uso racional da água, o Contratado se compromete a:

5.11.38.1. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água. Os encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças esperadas com essas medidas e dos comportamentos de profissionais do Contratado;

5.11.38.2. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

5.11.38.3. Identificar pontos de uso e hábitos/vícios de desperdício de água:

5.11.38.3.1. Na identificação das atividades de cada ponto de uso, os profissionais devem ser treinados e orientados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício (como não irrigação em época de chuva), sendo conscientizados sobre atitudes preventivas; e

5.11.38.3.2. Em relação ao uso adequado de água, devem ser adotados procedimentos corretos, que utilizam a água com economia, sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, de utensílios e dos profissionais.

5.11.39. Em relação à eficiência energética:

5.11.39.1. A aquisição de equipamentos consumidores de energia deverá ser realizada de modo que o bem a ser adquirido apresente o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética (art. 8º do Decreto Estadual nº 45.765, de 20 de abril de 2001).

5.11.39.2. Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

5.11.39.3. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

5.11.39.4. Desligar as luzes dos ambientes não ocupados e acender apenas aquelas necessárias, quando pertinente.



5.11.39.5. Comunicar ao gestor do contrato sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

5.11.39.6. Sugerir ao Contratante locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outros.

5.11.39.7. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos elétricos, extensões, entre outros. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

5.11.39.8. Repassar a seus profissionais todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante.

5.11.39.9. O Contratado deve desenvolver junto a seus profissionais programas de racionalização do uso de energia.

5.11.40. Em relação ao Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos:

5.11.40.1. Caso já implantado nas áreas do Contratante, o Contratado deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento diário das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, conforme Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001.

5.11.40.2. Quando implantado pelo Contratante o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, o Contratado deverá observar as seguintes regras:

5.11.40.3. Materiais não recicláveis são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados rejeitos, como: lixo de banheiro (papel higiênico e lenço de papel), cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos, cristais e pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante).

5.11.40.4. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores adequados, a serem disponibilizados pelo Contratante:

5.11.40.4.1. Vidro (recipiente verde);

5.11.40.4.2. Papéis secos (recipiente azul);

5.11.40.4.3. Metais (recipiente amarelo);

5.11.40.4.4. Plástico (recipiente vermelho); e

5.11.40.4.5. Lixo não reciclável (recipiente branco).

5.11.40.5. Quando implantadas pelo Contratante operações de compostagem/fabricação de adubo orgânico, o Contratado deverá separar os resíduos orgânicos e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar sua disposição em aterro sanitário.

5.11.40.6. Otimizar a utilização dos sacos de lixo, adequando sua



disponibilização quanto à capacidade e à necessidade, e esgotando com bom senso e razoabilidade seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

5.11.41. Em relação aos produtos biodegradáveis, o Contratado deverá:

5.11.41.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

5.11.41.2. Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, ser livre de corantes e conter redução drástica de hipoclorito de sódio.

5.11.41.3. Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, as prescrições do art. 44 da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e da Resolução RDC nº 694, de 13 de maio de 2022, da ANVISA, sujeitando-se a fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante. Em conformidade com a Lei Federal nº 13.236, de 29 de dezembro de 2015, não deverá ser utilizada embalagem que possa induzir trocas indesejadas ou erros na dispensação, no uso ou na administração desses produtos.

5.11.42. Em relação à destinação dos resíduos sólidos:

5.11.42.1. Em cumprimento à Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo, estipulada pela Lei Estadual nº 12.300/2006, cabe ao Contratado responsabilizar-se pela destinação final dos resíduos sólidos decorrentes do processo de jardinagem.

5.11.42.2. O local reservado à destinação final dos resíduos deverá estar regularizado junto aos órgãos ambientais dos poderes públicos, devendo ser devidamente encaminhada ao Contratante documentação comprovando a regularidade referente à empresa e ao volume transportado.

5.11.43. Quanto ao controle de poluição sonora:

5.11.43.1. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, cabe ao Contratado observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A) –, conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo às saúdes física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

Obrigações e responsabilidades do Contratante

5.12. O Contratante responsabiliza-se por:

5.12.1. Indicar formalmente o gestor e o fiscal para acompanhamento da execução contratual, com capacitação de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

5.12.2. Disponibilizar ao Contratado suas dependências e instalações para a execução dos serviços do objeto contratado.

5.12.3. Disponibilizar ao Contratado os equipamentos e utensílios de sua propriedade que poderão ser utilizados na execução dos serviços.

5.12.4. Encaminhar, para liberação de pagamento, as faturas aprovadas pela prestação de serviços.



5.12.5. Acompanhar e garantir que as normas de segurança sejam respeitadas na aplicação de saneantes.

5.12.6. Fornecer instruções detalhadas sobre os serviços de manutenção e conservação de jardins a serem realizados, assim como esclarecer dúvidas surgidas durante a execução.

5.12.7. Fornecer mudas e saneantes adequados e em quantidade suficiente para a realização das atividades aqui compreendidas, quando necessário.

3. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.15 A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

4. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital.

7.2 O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

5. INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



B. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E LOCAIS

O conteúdo apresentado nesta seção deve substituir a redação correspondente da minuta-padrão de Termo de Referência (TR), adequando-se às contratações de manutenção e conservação de jardins.

Apresenta-se, a seguir, um modelo de equipamentos e locais onde serão prestados os serviços, a ser utilizado como referência pelos órgãos e entidades e adaptado pela Unidade Contratante, conforme suas necessidades específicas. É importante que sejam informados o endereço completo dos locais e os equipamentos e utensílios disponíveis na unidade. Caso algum serviço não seja aplicável, o campo “Área (m²)” deverá ser preenchido com o valor “zero”.

1. EQUIPAMENTOS E LOCAIS

Unidade nº 1:

Unidade
(Denominação completa do órgão ou entidade contratante dos serviços)
Endereço
(Endereço completo do local de prestação dos serviços)
Equipamentos e Utensílios Disponíveis na Unidade
(Relação de equipamentos e utensílios existentes e disponíveis nas dependências da Unidade)

Item	Descrição dos serviços	Área (m²)
A	Manutenção e conservação de gramados em área plana	
B	Manutenção e conservação de gramados em área de talude	
C	Manutenção e conservação de jardins	
D	Poda de pequena monta	
E	Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção	

Unidade nº 2:

Unidade
(Denominação completa do órgão ou entidade contratante dos serviços)
Endereço
(Endereço completo do local de prestação dos serviços)
Equipamentos e Utensílios Disponíveis na Unidade
(Relação de equipamentos e utensílios existentes e disponíveis nas dependências da Unidade)

Item	Descrição dos serviços	Área (m²)
A	Manutenção e conservação de gramados em área plana	
B	Manutenção e conservação de gramados em área de talude	
C	Manutenção e conservação de jardins	
D	Poda de pequena monta	
E	Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção	



2. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

2.1. A contratação será dividida em ____ (____) grupos, discriminados da seguinte forma:

- 1º grupo: (indique as unidades que o compõem);
- 2º grupo: (indique as unidades que o compõem).

2.2. Faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.



C. MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

Esta seção apresenta o modelo de Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso a ser assinado pelo representante legal do contratado. O documento deve ser utilizado como referência pelos órgãos e entidades contratantes, devendo ser reproduzido e preenchido conforme as informações do contrato específico, sem alteração de seu conteúdo. Recomenda-se que a Unidade Contratante adote controles que assegurem a assinatura do termo por todos os profissionais que, direta ou indiretamente, tenham acesso a informações restritas, inclusive em casos de substituição ou remanejamento de pessoal.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelo representante legal do Contratado

O Contratado _____, inscrito no CNPJ sob o número _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais do Contratado
_____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato ____/____.

2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.

4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.

5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.

6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer



violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.

9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu:_____.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário o assina.

_____, ____ de _____ de ____.



D. ESPECIFICAÇÕES PARA O MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

O conteúdo apresentado nesta seção deve substituir a redação correspondente da minuta-padrão de Termo de Referência (TR), adequando-se às contratações de serviços de manutenção e conservação de jardins.

A adaptação deve refletir as características e a configuração dos equipamentos e locais onde serão prestados os serviços (Seção B deste Capítulo), indicando a área e incluindo campos em branco para posterior preenchimento pelo licitante com o preço unitário de cada item, o correspondente total e o valor global da contratação (em R\$).

Recomenda-se atenção à manutenção da estrutura e das informações essenciais do modelo, de modo a assegurar transparência e comparabilidade entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

Item	Descrição	Área (m²) (1)	Preço Unitário Mensal (R\$/m²) (2)	Total Mensal por Serviço (R\$) (3) = (1) x (2)
1	Manutenção e conservação de gramados em área plana			
2	Manutenção e conservação de jardins			
3	Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção			
4	Poda de pequena monta			
5	Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção			
Total Mensal (R\$)				
Prazo Contratual (Meses)				
Valor Total do Contrato (R\$)				



E. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS

O conteúdo apresentado nesta seção tem caráter orientativo e deve ser utilizado pelas Unidades Contratantes na fase de execução contratual, especialmente na fiscalização e gestão dos serviços de manutenção e conservação de jardins.

Seu objetivo é apoiar os gestores e fiscais de contrato na verificação periódica da conformidade e da qualidade dos serviços prestados, assegurando padronização nos procedimentos de acompanhamento, registro e avaliação de desempenho da contratada.

Para tanto, as atividades descritas deverão ser executadas periodicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, com base nas diretrizes estabelecidas, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados a serem encaminhados ao gestor do contrato.

1. REGRAS GERAIS

A avaliação do Contratado na Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades; e
- Gerenciamento.

2. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondentes aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente.

2.1. Critérios de Pontuação a ser Utilizada em Todos os Itens Avaliados

- Bom: 3 (três) pontos;
- Regular: 1 (um) ponto;
- Péssimo: 0 (zero) ponto.

2.2. Condições Complementares

2.2.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.

2.2.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com o Contratado em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando a que o Contratado corrija faltas, falhas e irregularidades quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.

2.2.3. Sempre que o Contratado solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, essa solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

3.1. Desempenho Profissional

Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	40%
Qualificação/atendimento	30%
Uniformes e identificação	30%
Total	100%

3.2. Desempenho das Atividades

Item	Percentual de Ponderação
Atividades desempenhadas	40%
Insumos, equipamentos e acessórios utilizados	30%
Atendimento às normas de segurança	30%
Total	100%

3.3. Gerenciamento

Item	Percentual de Ponderação
Periodicidade da supervisão	30%
Gerenciamento das atividades operacionais	40%
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	30%
Total	100%

4. RESPONSABILIDADES

4.1. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação da efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS, bem como quanto a outros aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho do Contratado;
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho do Contratado com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas ao Contratado, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.



4.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, com a garantia da defesa prévia ao Contratado; e
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 5.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do Contratado.
- 5.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico, com o auxílio do fiscal administrativo nos termos do item 6, deve encaminhar, com observância dos prazos deste Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via do Formulário e das justificativas ao Contratado.
- 5.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho do Contratado realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante esse período.
- 5.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia ao Contratado.
- 5.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente ao Contratado, no fechamento das medições, um quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, a performance global do Contratado em relação aos conceitos alcançados por ela.
- 5.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o quadro-resumo e conceituando o Contratado como segue:
 - 5.6.1. Conceito geral bom e desempenho recomendado: quando o Contratado obtiver conceito final acumulado igual ou superior a 8,00 (oito inteiros) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8;



- 5.6.2. Conceito geral regular e desempenho recomendado: quando o Contratado obtiver conceito final acumulado igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8;
- 5.6.3. Conceito geral péssimo e desempenho não recomendado: quando o Contratado tiver obtido conceito final acumulado inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8.

6. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO

6.1. As faturas apresentadas pelo Contratado ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à Avaliação da Qualidade dos serviços, conforme tabela a seguir.

Percentual de Liberação	Nota Final Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 8,00 pontos
Liberação de 95% da fatura	Nota maior ou igual a 7,00 e menor que 8,00 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 6,00 e menor que 7,00 pontos
Liberação de 85% da fatura	Nota maior ou igual a 5,00 e menor que 6,00 pontos
Liberação de 75% da fatura	Nota menor que 5,00 pontos

6.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 7 acima e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7. ANEXOS

- 7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.
- 7.3. Relatório de Avaliação e Quadro-resumo.

**9.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.**

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratado:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Cumprimento das atividades	40%		
Qualificação/atendimento	30%		
Uniformes e identificação	30%		
Total			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Atividades desempenhadas	40%		
Insumos, equipamentos e acessórios utilizados	30%		
Atendimento às normas de segurança	30%		
Total			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Periodicidade da supervisão	30%		
Gerenciamento das atividades operacionais	40%		
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	30%		
Total			

Nota Final (Somatório dos Grupos 1, 2 e 3)	
---	--

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato:	Assinatura do responsável do Contratado:



9.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das atividades	1. Operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a consecução do objeto; 2. Manutenção no local de trabalho de número suficiente e adequado de pessoal operacional necessário ao exato cumprimento das obrigações assumidas.
Qualificação/atendimento	1. Profissionais que comprovem experiência no exercício de suas funções; 2. Promoção periódica de treinamentos específicos, teóricos e práticos para toda a equipe de trabalho, abordando obrigatoriamente a prevenção de acidentes de trabalho e combate a incêndio e temas relacionados à execução das atividades dos profissionais; 3. Promoção de curso para aplicação de saneantes; 4. Manutenção de profissionais devidamente capacitados e qualificados para operar máquinas, equipamentos e implementos.
Uniformes e identificação	1. Utilização de uniformes, equipamentos de proteção individual e identificação necessária para a perfeita execução dos serviços.

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Atividades desempenhadas	1. Serviços prestados nos padrões técnicos recomendados, com quadro de pessoal operacional capacitado e em número suficiente; 2. Desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a manutenção e conservação de jardins; 3. Desenvolvimento das atividades na periodicidade necessária; 4. Atividades desempenhadas de forma satisfatória.
Insumos, equipamentos e acessórios utilizados	1. Disponibilização de insumos suficientes, adequados e necessários para a manutenção das áreas; 2. Disponibilização de equipamentos e ferramentas suficientes, adequados e necessários para a manutenção das áreas; 3. Manutenção de perfeitas condições de uso das dependências e equipamentos vinculados à execução do serviço; 4. Utilização intensiva de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
Atendimento às normas de segurança	1. Respeito à legislação vigente e observância às boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados; 2. Estabelecimento e cumprimento de padrões de conduta adequados na utilização dos saneantes, materiais e equipamentos utilizados; 3. Observância às regras de boa técnica e de segurança quanto a ferramentas, mantendo rigoroso controle, de forma a garantir que não seja possível sua utilização para outros fins; 4. Obediência às normas e procedimentos internos do Contratante, relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho.



Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Periodicidade da supervisão	1. Serviços diariamente supervisionados por um dos trabalhadores alocados; 2. Serviços sob responsabilidade técnica de profissional de nível superior em áreas correlatas e que tenha condições de ser acionado a qualquer momento, caso seja necessário.
Gerenciamento das atividades operacionais	1. Administração das atividades operacionais; 2. Serviços sob a responsabilidade técnica de profissional de nível superior em áreas correlatas.
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	1. Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do Contratado em conformidade com a disciplina do modelo de gestão do contrato do Termo de Referência que compõe Anexo do Edital.



9.3. Relatório de Avaliação/Quadro-resumo – Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Relatório de Avaliação

Identificação da Unidade	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

Quadro-resumo

Grupo	Mês												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													

CAPÍTULO I



Valores Referenciais



CAPÍTULO II – VALORES REFERENCIAIS

1. RESUMO – VALORES REFERENCIAIS

Os valores referenciais mensais das atividades de manutenção e conservação de jardins, na base de referência Março/2025, estão apresentados no Quadro 1. A unidade de medida utilizada é o m² para padronização das contratações, objeto deste volume, no âmbito do Estado de São Paulo.

Quadro 1: Estimativa dos preços referenciais (R\$/m² e R\$/ha), segundo o tipo de serviço executado

Serviço	Valor Unitário (R\$/m ²)	Valor Unitário (R\$/ha)
Manutenção e conservação de gramados em área plana	R\$ 1,17	R\$ 11.748,93
Manutenção e conservação de gramados em área de talude	R\$ 1,33	R\$ 13.268,80
Manutenção e conservação de jardins	R\$ 1,16	R\$ 11.629,88
Poda de pequena monta*	R\$ 0,85	R\$ 8.451,24
Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção	R\$ 0,69	R\$ 6.858,61

* Para a poda de pequena monta em árvores de pequeno porte (ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metros), a medição em metros quadrados pode ser realizada pela área da projeção da sombra de sua copa no solo.

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

Observação: a diferença entre os valores apurados para o metro quadrado (m²) e o hectare (ha) deve-se à quantidade de casas decimais utilizadas para efeito de cálculo. Para a composição dos cálculos, foram utilizadas quatro casas decimais.

2. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

As estruturas de custos para os cinco serviços de manutenção e conservação de jardins contemplados neste caderno, considerando as principais rubricas, estão apresentadas no Quadro 2. O valor referencial unitário leva em consideração os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que serão apresentados no capítulo IV deste documento.

Quadro 2: Composição dos preços referenciais, segundo o tipo de serviço executado

Rubricas de Custo	Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana	Manutenção e Conservação de Gramados em Área de Talude	Manutenção e Conservação de Jardins	Poda de Pequena Monta	Manutenção e Conservação de Áreas Verdes – Roçagem com Remoção
Produtividade (m²)	5.000	3.000	3.000	3.000	6.000
Custo com mão de obra	R\$ 0,5510	R\$ 0,6412	R\$ 0,6405	R\$ 0,5527	R\$ 0,4632
Custo com ferramentas	R\$ 0,0009	R\$ 0,0009	R\$ 0,0029	R\$ 0,0015	R\$ 0,0013
Custo com equipamentos	R\$ 0,0003	R\$ 0,0007	R\$ 0,0005	R\$ 0,0005	R\$ 0,0003
Custo com insumos	R\$ 0,3210	R\$ 0,3354	R\$ 0,2326	R\$ 0,0815	R\$ 0,0413
Custo com EPCs	R\$ 0,0150	R\$ 0,0249	R\$ 0,0027	R\$ 0,0027	R\$ 0,0124
Custo Parcial	R\$ 0,8882	R\$ 1,0031	R\$ 0,8792	R\$ 0,6389	R\$ 0,5185
BDI adotado	32,28%				
Valor Referencial Unitário (R\$/m²)	R\$ 1,1749	R\$ 1,3269	R\$ 1,1630	R\$ 0,8451	R\$ 0,6859
Valor Referencial Unitário (R\$/ha)	R\$ 11.748,93	R\$ 13.268,80	R\$ 11.629,88	R\$ 8.451,24	R\$ 6.858,61

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



3. DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DOS CUSTOS E PREÇOS UNITÁRIOS

3.1. Cálculo de Mão de Obra

Os custos de mão de obra consideram salário, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, uniformes e EPIs. Todas as categorias com participação direta na Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins estão contempladas nestes custos e estão baseadas nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) aderentes a cada categoria, para a cidade de São Paulo, assim definidas:

Quadro 3: Categorias consideradas nos custos de mão de obra e suas respectivas convenções coletivas de trabalho

Categorias	Ocupação	Convenções Coletivas de Trabalhos
Preponderante	Jardineiro	Sindicato Patronal: SINDVERDE Sindicato Laboral: FEMACO-SP/SIEMACO-SP
	Ajudante de jardinagem Encarregado Operador de roçadeira ou microtrator	
Diferenciada	Responsável técnico	Piso Salarial Sindicato Patronal: SINAECO Sindicato Laboral: SEESP

Sindicato das Empresas de Manutenção e Execução de Áreas Verdes Públicas e Privadas do Estado de São Paulo (SINDVERDE).

Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbanas e Áreas Verdes no Estado de São Paulo (FEMACO-SP).

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (SIEMACO-SP).

Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO).

Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

A seguir é apresentado o resumo dos custos referenciais de mão de obra associados à Prestação de Serviços de Conservação e Manutenção de Jardins para o estado de São Paulo, com diferenciação para área de talude, que se encontra detalhado na sequência.

Quadro 4: Resumo dos custos de mão de obra

Mês de Referência: Março/2025		
Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18	Custo/Mês	
	Área Plana	Área Talude
Valores Referenciais com BDI e Tributos		
Jardineiro	R\$ 4.554,73	R\$ 4.560,10
Ajudante de jardinagem	R\$ 4.388,22	R\$ 4.393,59
Encarregado	R\$ 4.471,02	R\$ 4.476,39
Operador de roçadeira ou microtrator	R\$ 5.359,54	R\$ 5.364,91
Responsável técnico	R\$ 20.720,33	

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



Quadro 5: Custos de mão de obra – Jardineiro

CUSTOS DO POSTO 44 HORAS SEMANAIS DIURNO DE SEG A SAB		
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do posto:	Com insalubridade 20%
	Qtd. funcionários:	1
	Jardineiro (R\$)	Jardineiro - Taludes (R\$)
Composição da Remuneração	R\$ 2.082,37	R\$ 2.082,37
Salário-base	R\$ 1.732,39	R\$ 1.732,39
Adicional de insalubridade	R\$ 346,48	R\$ 346,48
Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 2,89	R\$ 2,89
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 0,61	R\$ 0,61
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 584,27	R\$ 584,27
Vale-transporte	R\$ 154,08	R\$ 154,08
Custo mensal	R\$ 273,73	R\$ 273,73
Parcela do trabalhador	-R\$ 103,94	-R\$ 103,94
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 15,71	-R\$ 15,71
Vale-refeição	R\$ 248,69	R\$ 248,69
Custo mensal	R\$ 312,50	R\$ 312,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 34,90	-R\$ 34,90
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 28,91	-R\$ 28,91
Cesta básica	R\$ 125,78	R\$ 125,78
Custo da cesta básica	R\$ 138,60	R\$ 138,60
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 12,82	-R\$ 12,82
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 8,45	R\$ 8,45
Custo da assistência social familiar sindical	R\$ 9,31	R\$ 9,31
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,86	-R\$ 0,86
Auxílio creche	R\$ 3,76	R\$ 3,76
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 31,71	R\$ 31,71
Custo da assistência médica e odontológica	R\$ 34,94	R\$ 34,94
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,23	-R\$ 3,23
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 11,80	R\$ 11,80
Insumos Diversos	R\$ 235,59	R\$ 240,96
Uniforme	R\$ 43,64	R\$ 43,64
Custo mensal	R\$ 48,09	R\$ 48,09
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,45	-R\$ 4,45
Equipamentos de proteção individual	R\$ 191,95	R\$ 197,32
Custo mensal	R\$ 211,51	R\$ 217,43
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 19,56	-R\$ 20,11
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.652,50	R\$ 1.652,50
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 766,31	R\$ 766,31
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 352,09	R\$ 352,09
Afastamento maternidade	R\$ 0,37	R\$ 0,37
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 332,45	R\$ 332,45
Custo de rescisão	R\$ 167,60	R\$ 167,60
Outros	R\$ 33,68	R\$ 33,68
Total do Posto	R\$ 4.554,73	R\$ 4.560,10
Total do Posto/dia (24,93 dias efetivamente trabalhados no mês)	R\$ 182,70	R\$ 182,92

* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



Quadro 6: Custos de mão de obra – Ajudante de jardinagem

CUSTOS DO POSTO 44 HORAS SEMANAIS DIURNO DE SEG A SAB		
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do posto:	Com insalubridade 20%
	Qtd. funcionários:	1
	Aj. Jardinagem (R\$)	Aj. Jardinagem - Taludes (R\$)
Composição da Remuneração	R\$ 1.987,12	R\$ 1.987,12
Salário-base	R\$ 1.653,15	R\$ 1.653,15
Adicional de insalubridade	R\$ 330,63	R\$ 330,63
Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 2,76	R\$ 2,76
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 0,58	R\$ 0,58
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 588,59	R\$ 588,59
Vale-transporte	R\$ 158,40	R\$ 158,40
Custo mensal	R\$ 273,73	R\$ 273,73
Parcela do trabalhador	-R\$ 99,19	-R\$ 99,19
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 16,14	-R\$ 16,14
Vale-refeição	R\$ 248,69	R\$ 248,69
Custo mensal	R\$ 312,50	R\$ 312,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 34,90	-R\$ 34,90
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 28,91	-R\$ 28,91
Cesta básica	R\$ 125,78	R\$ 125,78
Custo da cesta básica	R\$ 138,60	R\$ 138,60
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 12,82	-R\$ 12,82
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 8,45	R\$ 8,45
Custo da assistência social familiar sindical	R\$ 9,31	R\$ 9,31
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,86	-R\$ 0,86
Auxílio creche	R\$ 3,76	R\$ 3,76
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 31,71	R\$ 31,71
Custo da assistência médica e odontológica	R\$ 34,94	R\$ 34,94
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,23	-R\$ 3,23
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 11,80	R\$ 11,80
Insumos Diversos	R\$ 235,59	R\$ 240,96
Uniforme	R\$ 43,64	R\$ 43,64
Custo mensal	R\$ 48,09	R\$ 48,09
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,45	-R\$ 4,45
Equipamentos de proteção individual	R\$ 191,95	R\$ 197,32
Custo mensal	R\$ 211,51	R\$ 217,43
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 19,56	-R\$ 20,11
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.576,92	R\$ 1.576,92
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 731,26	R\$ 731,26
13° Salário + Adicional de férias	R\$ 335,98	R\$ 335,98
Afastamento maternidade	R\$ 0,36	R\$ 0,36
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 317,24	R\$ 317,24
Custo de rescisão	R\$ 159,94	R\$ 159,94
Outros	R\$ 32,14	R\$ 32,14
Total do Posto	R\$ 4.388,22	R\$ 4.393,59
Total do Posto/dia (24,93 dias efetivamente trabalhados no mês)	R\$ 176,02	R\$ 176,24

* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol.18 – Mar./2025.



Quadro 7: Custos de mão de obra – Encarregado

CUSTOS DO POSTO 44 HORAS SEMANAIS DIURNO DE SEG A SAB		
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do posto:	Com insalubridade 20%
	Qtd. funcionários:	1
	Encarregado (R\$)	Encarregado - Taludes (R\$)
Composição da Remuneração	R\$ 2.542,71	R\$ 2.542,71
Salário-base	R\$ 2.115,36	R\$ 2.115,36
Adicional de insalubridade	R\$ 423,07	R\$ 423,07
Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 3,53	R\$ 3,53
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 0,75	R\$ 0,75
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 563,42	R\$ 563,42
Vale-transporte	R\$ 133,23	R\$ 133,23
Custo mensal	R\$ 273,73	R\$ 273,73
Parcela do trabalhador	-R\$ 126,92	-R\$ 126,92
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 13,58	-R\$ 13,58
Vale-refeição	R\$ 248,69	R\$ 248,69
Custo mensal	R\$ 312,50	R\$ 312,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 34,90	-R\$ 34,90
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 28,91	-R\$ 28,91
Cesta básica	R\$ 125,78	R\$ 125,78
Custo da cesta básica	R\$ 138,60	R\$ 138,60
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 12,82	-R\$ 12,82
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 8,45	R\$ 8,45
Custo da assistência social familiar sindical	R\$ 9,31	R\$ 9,31
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,86	-R\$ 0,86
Auxílio creche	R\$ 3,76	R\$ 3,76
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 31,71	R\$ 31,71
Custo da assistência médica e odontológica	R\$ 34,94	R\$ 34,94
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,23	-R\$ 3,23
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 11,80	R\$ 11,80
Insumos Diversos	R\$ 235,59	R\$ 240,96
Uniforme	R\$ 43,64	R\$ 43,64
Custo mensal	R\$ 48,09	R\$ 48,09
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,45	-R\$ 4,45
Equipamentos de proteção individual	R\$ 191,95	R\$ 197,32
Custo mensal	R\$ 211,51	R\$ 217,43
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 19,56	-R\$ 20,11
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 2.017,82	R\$ 2.017,82
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 935,72	R\$ 935,72
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 429,92	R\$ 429,92
Afastamento maternidade	R\$ 0,46	R\$ 0,46
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 405,94	R\$ 405,94
Custo de rescisão	R\$ 204,65	R\$ 204,65
Outros	R\$ 41,13	R\$ 41,13
Total do Posto	R\$ 5.359,54	R\$ 5.364,91
Total do Posto/dia (24,93 dias efetivamente trabalhados no mês)	R\$ 214,98	R\$ 215,20

* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



Quadro 8: Custos de mão de obra – Operador de roçadeira ou microtrator

CUSTOS DO POSTO 44 HORAS SEMANAIS DIURNO DE SEG A SAB		
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do posto:	Com insalubridade 20%
	Qtd. funcionários:	1
	Operador de Roçadeira/Micro Trator (R\$)	Operador de Roçadeira/Micro Trator - Taludes (R\$)
Composição da Remuneração	R\$ 2.034,48	R\$ 2.034,48
Salário-base	R\$ 1.692,55	R\$ 1.692,55
Adicional de insalubridade	R\$ 338,51	R\$ 338,51
Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 2,82	R\$ 2,82
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 0,60	R\$ 0,60
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 586,44	R\$ 586,44
Vale-transporte	R\$ 156,25	R\$ 156,25
Custo mensal	R\$ 273,73	R\$ 273,73
Parcela do trabalhador	-R\$ 101,55	-R\$ 101,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 15,93	-R\$ 15,93
Vale-refeição	R\$ 248,69	R\$ 248,69
Custo mensal	R\$ 312,50	R\$ 312,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 34,90	-R\$ 34,90
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 28,91	-R\$ 28,91
Cesta básica	R\$ 125,78	R\$ 125,78
Custo da cesta básica	R\$ 138,60	R\$ 138,60
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 12,82	-R\$ 12,82
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 8,45	R\$ 8,45
Custo da assistência social familiar sindical	R\$ 9,31	R\$ 9,31
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,86	-R\$ 0,86
Auxílio creche	R\$ 3,76	R\$ 3,76
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 31,71	R\$ 31,71
Custo da assistência médica e odontológica	R\$ 34,94	R\$ 34,94
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,23	-R\$ 3,23
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 11,80	R\$ 11,80
Insumos Diversos	R\$ 235,59	R\$ 240,96
Uniforme	R\$ 43,64	R\$ 43,64
Custo mensal	R\$ 48,09	R\$ 48,09
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,45	-R\$ 4,45
Equipamentos de proteção individual	R\$ 191,95	R\$ 197,32
Custo mensal	R\$ 211,51	R\$ 217,43
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 19,56	-R\$ 20,11
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.614,51	R\$ 1.614,51
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 748,69	R\$ 748,69
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 343,99	R\$ 343,99
Afastamento maternidade	R\$ 0,37	R\$ 0,37
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 324,80	R\$ 324,80
Custo de rescisão	R\$ 163,75	R\$ 163,75
Outros	R\$ 32,91	R\$ 32,91
Total do Posto	R\$ 4.471,02	R\$ 4.476,39
Total do Posto/dia (24,93 dias efetivamente trabalhados no mês)	R\$ 179,34	R\$ 179,56

* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

Valores Referenciais



Quadro 9: Custos de mão de obra – Responsável técnico

CUSTOS DO POSTO 44 HORAS SEMANAIS DIURNO DE SEG A SAB		
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do posto:	Com insalubridade 0%
	Qtd. funcionários:	1
	Valores expressos em Reais (R\$)	Representatividade %
Composição da Remuneração	R\$ 11.312,71	54,60%
Salário-base	R\$ 11.293,70	54,51%
Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 15,69	0,08%
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 3,32	0,02%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 430,19	2,08%
Vale-refeição	R\$ 248,69	1,20%
Custo mensal	R\$ 312,50	1,51%
Parcela do trabalhador	-R\$ 34,90	-0,17%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 28,91	-0,14%
Cesta básica	R\$ 125,78	0,61%
Custo da cesta básica	R\$ 138,60	0,67%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 12,82	-0,06%
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 8,45	0,04%
Custo da assistência social familiar sindical	R\$ 9,31	0,04%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,86	0,00%
Auxílio creche	R\$ 3,76	0,02%
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 31,71	0,15%
Custo da assistência médica e odontológica	R\$ 34,94	0,17%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,23	-0,02%
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 11,80	0,06%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 8.977,43	43,33%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 4.163,08	20,09%
13° Salário + Adicional de férias	R\$ 1.912,75	9,23%
Afastamento maternidade	R\$ 2,04	0,01%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 1.806,07	8,72%
Custo de rescisão	R\$ 910,51	4,39%
Outros	R\$ 182,98	0,88%
Total do Posto	R\$ 20.720,33	100,00%
Carga horária efetivamente trabalhada	182,82	-
Custo da hora	R\$ 113,34	-
Horas previstas/mês	8,0	-
Total do Posto/dia (24,93 dias efetivamente trabalhados no mês)	R\$ 906,72	-

* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



3.2. Dimensionamento de Mão de Obra

Para efeito de cálculo, adotou-se uma área total de 50.000 m².

3.2.1. Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana

Quadro 10: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana

Cargo	Proporção de Mão de Obra	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Jardineiro	1	R\$ 4.554,73	R\$ 0,0911
Ajudante de jardinagem	3	R\$ 13.164,66	R\$ 0,2633
Encarregado	1	R\$ 5.359,54	R\$ 0,1072
Operador de roçadeira ou microtrator	1	R\$ 4.471,02	R\$ 0,0894
Custo Total Mensal			R\$ 0,5510

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.2.2. Manutenção e Conservação de Gramados em Área de Talude

Quadro 11: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude

Cargo	Proporção de Mão de Obra	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Jardineiro taludes	1	R\$ 4.560,10	R\$ 0,0912
Ajudante de jardinagem – taludes	3	R\$ 13.180,77	R\$ 0,2636
Encarregado – taludes	1	R\$ 5.364,91	R\$ 0,1073
Operador de roçadeira ou microtrator – taludes	2	R\$ 8.952,78	R\$ 0,1791
Custo Total Mensal			R\$ 0,6412

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.2.3. Manutenção e Conservação de Jardins

Quadro 12: Custo mensal (R\$) de pessoal para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Cargo	Proporção de Mão de Obra	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Jardineiro	2	R\$ 9.109,46	R\$ 0,1822
Ajudante de jardinagem	4	R\$ 17.552,88	R\$ 0,3511
Encarregado	1	R\$ 5.359,54	R\$ 0,1072
Custo Total Mensal			R\$ 0,6405

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



3.2.4. Poda de Pequena Monta

Quadro 13: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de poda de pequena monta

Cargo	Proporção de Mão de Obra	Custo Mensal (R\$)	Custo/m² (R\$)
Jardineiro	2	R\$ 9.109,46	R\$ 0,1822
Ajudante de jardinagem	3	R\$ 13.164,66	R\$ 0,2633
Encarregado	1	R\$ 5.359,54	R\$ 0,1072
Custo Total Mensal			R\$ 0,5527

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.2.5. Manutenção e Conservação de Áreas Verdes – Roçagem com Remoção

Quadro 14: Custo mensal (R\$) de pessoal para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção

Cargo	Proporção de Mão de Obra	Custo Mensal (R\$)	Custo/m² (R\$)
Jardineiro	1	R\$ 4.554,73	R\$ 0,0911
Ajudante de jardinagem	2	R\$ 8.776,44	R\$ 0,1755
Encarregado	1	R\$ 5.359,54	R\$ 0,1072
Operador de roçadeira ou microtrator	1	R\$ 4.471,02	R\$ 0,0894
Custo Total Mensal			R\$ 0,4632

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.3. Custos com Ferramentas

Quadro 15: Ferramentas necessárias para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Itens	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Vida Útil (Meses)	Valor Mensal (R\$)	Crédito PIS/COFINS (R\$)	Total Mensal (R\$)
					9,25%	
Alicate	Unidade	R\$ 45,02	60	R\$ 0,75	-R\$ 0,07	R\$ 0,68
Alicate de poda	Unidade	R\$ 33,56	60	R\$ 0,56	-R\$ 0,05	R\$ 0,51
Arco de serra manual	Unidade	R\$ 22,04	60	R\$ 0,37	-R\$ 0,03	R\$ 0,33
Arrancador de inço/despraguejador/firmino	Unidade	R\$ 10,89	60	R\$ 0,18	-R\$ 0,02	R\$ 0,16
Bombona	Unidade	R\$ 43,24	60	R\$ 0,72	-R\$ 0,07	R\$ 0,65
Caixa de ferramentas	Unidade	R\$ 145,62	60	R\$ 2,43	-R\$ 0,22	R\$ 2,20
Carriola com pneu e câmara até 55l	Unidade	R\$ 151,43	60	R\$ 2,52	-R\$ 0,23	R\$ 2,29
Cavadeira com cabo	Unidade	R\$ 45,54	60	R\$ 0,76	-R\$ 0,07	R\$ 0,69
Chibanca	Unidade	R\$ 103,42	60	R\$ 1,72	-R\$ 0,16	R\$ 1,56
Enxada larga	Unidade	R\$ 48,70	60	R\$ 0,81	-R\$ 0,08	R\$ 0,74
Enxada 2,0l	Unidade	R\$ 57,04	60	R\$ 0,95	-R\$ 0,09	R\$ 0,86
Enxadinha	Unidade	R\$ 31,45	60	R\$ 0,52	-R\$ 0,05	R\$ 0,48
Escada	Unidade	R\$ 403,98	60	R\$ 6,73	-R\$ 0,62	R\$ 6,11
Facão para mato 18"	Unidade	R\$ 47,20	60	R\$ 0,79	-R\$ 0,07	R\$ 0,71
Foice roçadeira (monta)	Unidade	R\$ 48,04	60	R\$ 0,80	-R\$ 0,07	R\$ 0,73
Foicinha	Unidade	R\$ 24,67	60	R\$ 0,41	-R\$ 0,04	R\$ 0,37



Itens	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Vida Útil (Meses)	Valor Mensal (R\$)	Crédito PIS/COFINS (R\$)	Total Mensal (R\$)
					9,25%	
Garfo para terra	Unidade	R\$ 10,34	60	R\$ 0,17	-R\$ 0,02	R\$ 0,16
Grosa meia cana 10" - cabo injetado em prolipropileno	Unidade	R\$ 40,87	60	R\$ 0,68	-R\$ 0,06	R\$ 0,62
Lima achatada 8"	Unidade	R\$ 38,85	60	R\$ 0,65	-R\$ 0,06	R\$ 0,59
Machadinha	Unidade	R\$ 39,41	60	R\$ 0,66	-R\$ 0,06	R\$ 0,60
Martelo tipo unha	Unidade	R\$ 32,42	60	R\$ 0,54	-R\$ 0,05	R\$ 0,49
Pá de bico nº 3	Unidade	R\$ 48,43	60	R\$ 0,81	-R\$ 0,07	R\$ 0,73
Pazinha estreita	Unidade	R\$ 15,49	60	R\$ 0,26	-R\$ 0,02	R\$ 0,23
Pazinha larga	Unidade	R\$ 13,13	60	R\$ 0,22	-R\$ 0,02	R\$ 0,20
Pulverizador 1,5l	Unidade	R\$ 34,52	60	R\$ 0,58	-R\$ 0,05	R\$ 0,52
Rastelo ou ancinho	Unidade	R\$ 34,52	60	R\$ 0,58	-R\$ 0,05	R\$ 0,52
Regador	Unidade	R\$ 19,70	60	R\$ 0,33	-R\$ 0,03	R\$ 0,30
Serrote corta galho	Unidade	R\$ 39,78	60	R\$ 0,66	-R\$ 0,06	R\$ 0,60
Tesoura de poda para cerca viva e grama	Unidade	R\$ 39,87	60	R\$ 0,66	-R\$ 0,06	R\$ 0,60
Tesoura de poda para galhos	Unidade	R\$ 66,82	60	R\$ 1,11	-R\$ 0,10	R\$ 1,01
Vanga quadrada	Unidade	R\$ 47,90	60	R\$ 0,80	-R\$ 0,07	R\$ 0,72
Vassoura para jardim com dentes de aço	Unidade	R\$ 41,76	60	R\$ 0,70	-R\$ 0,06	R\$ 0,63
Trena fechada de fibra de vidro 50 m	Unidade	R\$ 51,58	60	R\$ 0,86	-R\$ 0,08	R\$ 0,78

* Item de uso exclusivo do responsável técnico.

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.3.1. Dimensionamento de Ferramentas¹

3.3.1.1. Jardineiro, Ajudante de Jardinagem, Encarregado e Operador de Roçadeira ou Microtrator

a) Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana

Quadro 16: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Arrancador de inço/despraguejador/firmino	4	R\$ 0,6588	R\$ 0,0001
Bombona	1	R\$ 0,6540	R\$ 0,0001
Caixa de ferramentas	1	R\$ 2,2025	R\$ 0,0001
Carriola com pneu e câmara até 55 l	1	R\$ 2,2904	R\$ 0,0001
Enxada larga	3	R\$ 2,2098	R\$ 0,0001
Lima achatada 8"	1	R\$ 0,5876	R\$ 0,0001
Martelo tipo unha	1	R\$ 0,4903	R\$ 0,0001
Vanga quadrada	1	R\$ 0,7245	R\$ 0,0001
Vassoura para jardim com dentes de aço	3	R\$ 1,8948	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0009

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

¹ Para efeito de cálculo, adotou-se uma área total de 50.000 m².



b) Manutenção e Conservação de Gramados em Área de Talude

Quadro 17: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Arrancador de inço/despraguejador/firmino	4	R\$ 0,6588	R\$ 0,0001
Bombona	1	R\$ 0,6540	R\$ 0,0001
Caixa de ferramentas	1	R\$ 2,2025	R\$ 0,0001
Carriola com pneu e câmara até 55 l	1	R\$ 2,2904	R\$ 0,0001
Enxada larga	3	R\$ 2,2098	R\$ 0,0001
Lima achatada 8"	1	R\$ 0,5876	R\$ 0,0001
Martelo tipo unha	1	R\$ 0,4903	R\$ 0,0001
Vanga quadrada	1	R\$ 0,7245	R\$ 0,0001
Vassoura para jardim com dentes de aço	3	R\$ 1,8948	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0009

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

c) Manutenção e Conservação de Gramados de Jardins

Quadro 18: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados de jardins

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Alicate	1	R\$ 0,6809	R\$ 0,0001
Alicate de poda	2	R\$ 1,0154	R\$ 0,0001
Arco de serra manual	1	R\$ 0,3333	R\$ 0,0001
Arrancador de inço/despraguejador/firmino	3	R\$ 0,4941	R\$ 0,0001
Bombona	1	R\$ 0,6540	R\$ 0,0001
Caixa de ferramentas	1	R\$ 2,2025	R\$ 0,0001
Carriola com pneu e câmara até 55 l	1	R\$ 2,2904	R\$ 0,0001
Cavadeira com cabo	1	R\$ 0,6888	R\$ 0,0001
Chibanca	1	R\$ 1,5643	R\$ 0,0001
Enxada larga	2	R\$ 1,4732	R\$ 0,0001
Enxada 2,0 l	1	R\$ 0,8627	R\$ 0,0001
Enxadinha	1	R\$ 0,4757	R\$ 0,0001
Escada	1	R\$ 6,1102	R\$ 0,0002
Facão para mato 18"	1	R\$ 0,7139	R\$ 0,0001
Garfo para terra	2	R\$ 0,3128	R\$ 0,0001
Grosa meia cana 10" – cabo injetado em polipropileno	1	R\$ 0,6181	R\$ 0,0001
Lima achatada 8"	1	R\$ 0,5876	R\$ 0,0001
Machadinha	1	R\$ 0,5961	R\$ 0,0001
Martelo tipo unha	1	R\$ 0,4903	R\$ 0,0001
Pá de bico nº 3	1	R\$ 0,7325	R\$ 0,0001
Pazinha estreita	2	R\$ 0,4686	R\$ 0,0001
Pazinha larga	2	R\$ 0,3974	R\$ 0,0001
Pulverizador 1,5 l	1	R\$ 0,5221	R\$ 0,0001



Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Rastelo ou ancinho	1	R\$ 0,5221	R\$ 0,0001
Regador	2	R\$ 0,5960	R\$ 0,0001
Tesoura de poda para cerca viva e grama	2	R\$ 1,2058	R\$ 0,0001
Vanga quadrada	1	R\$ 0,7245	R\$ 0,0001
Vassoura para jardim com dentes de aço	2	R\$ 1,2632	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0029

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

Quadro 19: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de poda de pequena monta

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Alicate de poda	2	R\$ 1,0154	R\$ 0,0001
Arco de serra manual	2	R\$ 0,6666	R\$ 0,0001
Bombona	1	R\$ 0,6540	R\$ 0,0001
Caixa de ferramentas	1	R\$ 2,2025	R\$ 0,0001
Carriola com pneu e câmara até 55 l	1	R\$ 2,2904	R\$ 0,0001
Escada	1	R\$ 6,1102	R\$ 0,0002
Facão para mato 18"	2	R\$ 1,4278	R\$ 0,0001
Grosa meia cana 10" – cabo injetado em polipropileno	1	R\$ 0,6181	R\$ 0,0001
Machadinha	2	R\$ 1,1922	R\$ 0,0001
Martelo tipo unha	1	R\$ 0,4903	R\$ 0,0001
Serrote corta-galho	2	R\$ 1,2034	R\$ 0,0001
Tesoura de poda para cerca viva e grama	2	R\$ 1,2058	R\$ 0,0001
Tesoura de poda para galhos	2	R\$ 2,0212	R\$ 0,0001
Vassoura para jardim com dentes de aço	3	R\$ 1,8948	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0015

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

d) Manutenção e Conservação de Áreas Verdes – Roçagem com Remoção**Quadro 20: Custo mensal (R\$) de ferramentas para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção**

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Bombona	1	R\$ 0,6540	R\$ 0,0001
Caixa de ferramentas	1	R\$ 2,2025	R\$ 0,0001
Carriola com pneu e câmara até 55l	1	R\$ 2,2904	R\$ 0,0001
Enxada larga	4	R\$ 2,9464	R\$ 0,0001
Facão para mato 18"	2	R\$ 1,4278	R\$ 0,0001
Foicinha	2	R\$ 0,7462	R\$ 0,0001
Foice roçadeira (monta)	2	R\$ 1,4532	R\$ 0,0001
Grosa meia cana 10" - cabo injetado em polipropileno	1	R\$ 0,6181	R\$ 0,0001
Lima achatada 8"	1	R\$ 0,5876	R\$ 0,0001
Martelo tipo unha	1	R\$ 0,4903	R\$ 0,0001
Pá de bico nº 3	2	R\$ 1,4650	R\$ 0,0001
Rastelo ou ancinho	2	R\$ 1,0442	R\$ 0,0001



Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Vassoura para jardim com dentes de aço	3	R\$ 1,8948	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0013

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.3.1.2. Responsável Técnico

Quadro 21: Custo mensal (R\$) de ferramentas para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins para o Responsável técnico

Item	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Trena fechada de fibra de vidro 50 m	1	R\$ 0,7802	R\$ 0,0001
Custo Total Mensal			R\$ 0,0001

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.4. Custo com Equipamentos²

Para obtenção dos custos com equipamentos a serem disponibilizados, foram calculadas todas as despesas necessárias à operação, incluindo custo de oportunidade.

Quadro 22: Equipamentos necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Itens	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Vida Útil (Meses)	Valor Mensal (R\$)	Custo de Oportunidade (R\$)	Valor Unitário Parcial Mensal (R\$)	Crédito PIS/COFINS (R\$)	Valor Unitário Total Mensal (R\$)
							9,25%	
Podador de cerca viva sabre curto	Unidade	R\$ 1.304,02	60	R\$ 21,73	R\$ 7,61	R\$ 29,34	-R\$ 2,71	R\$ 26,63
Roçadeira lateral	Unidade	R\$ 825,23	60	R\$ 13,75	R\$ 4,82	R\$ 18,57	-R\$ 1,72	R\$ 16,85

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.4.1. Dimensionamento de Equipamentos

a) Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana

Quadro 23: Custo mensal (R\$) de equipamentos para prestação de serviços

Serviço	Item	Quantidade Un.	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Área plana	Roçadeira lateral	1	R\$ 16,85	R\$ 0,0003
Área de talude	Roçadeira lateral	2	R\$ 33,70	R\$ 0,0007
Conservação de jardins	Podador de cerca viva sabre curto	1	R\$ 26,63	R\$ 0,0005
Poda de pequena monta	Podador de cerca viva sabre curto	1	R\$ 26,63	R\$ 0,0005
Manutenção e conservação de áreas verdes	Roçadeira lateral	1	R\$ 16,85	R\$ 0,0003

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

² Para efeito de cálculo, adotou-se uma área total de 50.000 m²



3.5. Custo com Insumos

Quadro 24: Insumos necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Item	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Crédito PIS/COFINS (R\$)	Valor Unitário Total Mensal (R\$)
			9,25%	
Adubo	Gramas	R\$ 0,0094	-R\$ 0,0009	R\$ 0,0085
Água de reuso	Litro	R\$ 0,0010	-R\$ 0,0001	R\$ 0,0009
Caçamba	Unidade	R\$ 461,8688	-R\$ 42,7229	R\$ 419,1459
Caminhão-pipa	Unidade	R\$ 752,6750	-R\$ 69,6224	R\$ 683,0526
Fio de nylon	Metro	R\$ 0,7757	-R\$ 0,0718	R\$ 0,7039
Gasolina	Litro	R\$ 6,1400	-R\$ 0,5680	R\$ 5,5720
Óleo lubrificante para motor	Litro	R\$ 64,7007	-R\$ 5,9848	R\$ 58,7159
Saco de lixo	Unidade	R\$ 0,7545	-R\$ 0,0698	R\$ 0,6847
Terra vegetal	M³	R\$ 189,9478	-R\$ 17,5702	R\$ 172,3776

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.5.1. Dimensionamento de Insumos

a) Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana

Quadro 25: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana

Itens	Periodicidade Anual	Rendimento/m²	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m² (R\$)
Adubo	12	1,0000	10,00	R\$ 0,0854	R\$ 0,0854
Água de reuso	4	1,0000	3,00	R\$ 0,0027	R\$ 0,0009
Caminhão-pipa	4	0,0002	1,50	R\$ 1.024,5789	R\$ 0,0683
Fio de nylon	12	0,0005	5,00	R\$ 3,5197	R\$ 0,0018
Gasolina	12	0,0004	4,50	R\$ 25,0740	R\$ 0,0100
Óleo lubrificante para motor	12	0,0004	0,18	R\$ 10,5689	R\$ 0,0042
Saco de lixo	12	1,0000	0,01	R\$ 0,0068	R\$ 0,0068
Terra vegetal	1	1,0000	0,01	R\$ 1,7238	R\$ 0,1436
Custo Total Mensal					R\$ 0,3210

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



b) Manutenção e Conservação de Gramados em Área de Talude

Quadro 26: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude

Itens	Periodicidade Anual	Rendimento/m ²	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Adubo	12	1,0000	10,00	R\$ 0,0854	R\$ 0,0854
Água de reuso	4	1,0000	3,00	R\$ 0,0027	R\$ 0,0009
Caminhão-pipa	4	0,0002	1,50	R\$ 1.024,5789	R\$ 0,0683
Fio de nylon	12	0,0005	5,00	R\$ 3,5197	R\$ 0,0018
Gasolina	12	0,0004	9,00	R\$ 50,1480	R\$ 0,0201
Óleo lubrificante para motor	12	0,0004	0,36	R\$ 21,1377	R\$ 0,0085
Saco de lixo	12	1,0000	0,01	R\$ 0,0068	R\$ 0,0068
Terra vegetal	1	1,0000	0,01	R\$ 1,7238	R\$ 0,1436
Custo Total Mensal					R\$ 0,3354

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

c) Manutenção e Conservação de Jardins

Quadro 27: Custo mensal (R\$) de insumos para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Itens	Periodicidade Anual	Rendimento/m ²	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Adubo	12	1,0000	10,00	R\$ 0,0854	R\$ 0,0854
Água de reuso	4	1,0000	3,00	R\$ 0,0027	R\$ 0,0009
Caminhão-pipa	4	0,0002	1,50	R\$ 1.024,5789	R\$ 0,0683
Gasolina	12	0,0020	4,50	R\$ 25,0740	R\$ 0,0501
Óleo lubrificante para motor	12	0,0020	0,18	R\$ 10,5689	R\$ 0,0211
Saco de lixo	12	1,0000	0,01	R\$ 0,0068	R\$ 0,0068
Custo Total Mensal					R\$ 0,2326

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

d) Poda de Pequena Monta

Quadro 28: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de poda de pequena monta

Itens	Periodicidade Anual	Rendimento/m ²	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Gasolina	12	0,0020	4,50	R\$ 25,0740	R\$ 0,0501
Óleo lubrificante para motor	12	0,0020	0,18	R\$ 10,5689	R\$ 0,0211
Saco de lixo	12	1,0000	0,015	R\$ 0,0103	R\$ 0,0103
Custo Total Mensal					R\$ 0,0815

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



e) Manutenção e Conservação de Áreas Verdes – Roçagem com Remoção

Quadro 29: Custo mensal (R\$) de insumos para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção

Itens	Periodicidade Anual	Rendimento/m ²	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Caçamba	2	0,0002	1,00	R\$ 419,1459	R\$ 0,0116
Fio de nylon	12	0,0005	5,00	R\$ 3,5197	R\$ 0,0018
Gasolina	12	0,0004	4,50	R\$ 25,0740	R\$ 0,0100
Óleo lubrificante para motor	12	0,0004	0,18	R\$ 10,5689	R\$ 0,0042
Saco de lixo	12	1,0000	0,020	R\$ 0,0137	R\$ 0,0137
Custo Total Mensal					R\$ 0,0413

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol.18 – Mar./2025.

3.6. Custo com Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs)

Para efeito de cálculo, adotou-se diferentes produtividades para as seguintes áreas:

- Manutenção e conservação de gramado em área plana: 5.000 m²;
- Manutenção e conservação de gramado em área de talude, manutenção e conservação de jardins, poda de pequena monta: 3.000 m²; e
- Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção: 6.000 m².

Quadro 30: EPCs necessários para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Itens	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Vida Útil (Meses)	Valor Mensal (R\$)	Crédito PIS/COFINS (R\$)	Valor Unitário Total Mensal (R\$)
					9,25%	
Cavelete de sinalização	Unidade	R\$ 381,50	24	R\$ 15,90	-R\$ 1,47	R\$ 14,43
Cone	Unidade	R\$ 12,90	24	R\$ 0,54	-R\$ 0,05	R\$ 0,49
Fita de sinalização	Unidade	R\$ 13,32	2	R\$ 6,66	-R\$ 0,62	R\$ 6,05
Tela protetora	Unidade	R\$ 999,18	24	R\$ 41,63	-R\$ 3,85	R\$ 37,78

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

3.6.1. Dimensionamento de EPCs

a) Manutenção e Conservação de Gramados em Área Plana

Quadro 31: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área plana

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Cavelete de sinalização	2	R\$ 28,8506	R\$ 0,0058
Cone	4	R\$ 1,9512	R\$ 0,0004
Fita de sinalização	1	R\$ 6,0455	R\$ 0,0012
Tela protetora	1	R\$ 37,7817	R\$ 0,0076
Custo Total Mensal			R\$ 0,0150

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol.18 – Mar./2025.



b) Manutenção e Conservação de Gramados em Área de Talude

Quadro 32: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados em área de talude

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Cavelete de sinalização	2	R\$ 28,8506	R\$ 0,0096
Cone	4	R\$ 1,9512	R\$ 0,0007
Fita de sinalização	1	R\$ 6,0455	R\$ 0,0020
Tela protetora	1	R\$ 37,7817	R\$ 0,0126
Custo Total Mensal			R\$ 0,0249

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

c) Manutenção e Conservação de Jardins

Quadro 33: Custo mensal (R\$) dos EPCs para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Cone	4	R\$ 1,9512	R\$ 0,0007
Fita de sinalização	1	R\$ 6,0455	R\$ 0,0020
Custo Total Mensal			R\$ 0,0027

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

d) Poda de Pequena Monta

Quadro 34: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de poda de pequena monta

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Cone	4	R\$ 1,9512	R\$ 0,0007
Fita de sinalização	1	R\$ 6,0455	R\$ 0,0020
Custo Total Mensal			R\$ 0,0027

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

e) Manutenção e Conservação de Áreas Verdes – Roçagem com Remoção

Quadro 35: Custo mensal (R\$) dos EPCs para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes – Roçagem com remoção

Itens	Quantidade	Custo Mensal (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Cavelete de sinalização	2	R\$ 28,8506	R\$ 0,0048
Cone	4	R\$ 1,9512	R\$ 0,0003
Fita de sinalização	1	R\$ 6,0455	R\$ 0,0010
Tela protetora	1	R\$ 37,7817	R\$ 0,0063
Custo Total Mensal			R\$ 0,0124

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.



4. PLANILHA DE ORÇAMENTO – EXEMPLO DE UTILIZAÇÃO DOS VALORES REFERENCIAIS

Na modalidade de licitação pregão, a planilha de orçamento deverá constar somente no processo (fase preparatória), não integrando o edital.

Previamente à elaboração das planilhas, deverá ser quantificada a metragem necessária para o período a ser contratado.

Após o dimensionamento das efetivas necessidades no prazo contratual considerado, deverá ser elaborado um orçamento detalhado em planilha que expresse a quantidade prevista, o valor unitário de cada tipo de serviço e os valores totais, de modo a demonstrar o valor máximo admitido a ser contratado (R\$), conforme exemplo apresentado a seguir.

Quadro 36: Modelo de planilha de orçamento – Exemplo de utilização dos valores referenciais

Item	Descrição	Área (m²) (1)	Preço Unitário Mensal (R\$/m²) (2)	Total Mensal por Serviço (R\$) (3) = (1) x (2)
1	Manutenção e conservação de gramados em área plana	12.000	R\$ 1,17	R\$ 14.040,00
2	Manutenção e conservação de jardins	35.000	R\$ 1,16	R\$ 40.600,00
3	Manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção	2.500	R\$ 0,69	R\$ 1.725,00
Total Mensal (R\$)				R\$ 56.365,00
Prazo Contratual (Meses)				30
Valor Total do Contrato (R\$)				R\$ 1.690.950,00

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

CAPÍTULO III

Definições e Critérios para Elaboração dos Preços





CAPÍTULO III – DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS

Para obtenção dos valores apresentados no capítulo II, fazem-se necessárias definições que suportem os cálculos. Esses critérios e referências técnicas estão apresentados a seguir, divididos em custo direto na prestação do serviço, encargos sociais e trabalhistas e benefícios e despesas indiretas.

1. CUSTO DOS SERVIÇOS

1.1. Custo com Mão de Obra

Os custos de mão de obra da categoria preponderante estão em conformidade com a “CCT SIEMACO-SP x SINDVERDE – Vigência 01/03/2025 a 28/02/2027” e o respectivo Comunicado em Conjunto emitido para o ano de 2025, disponível no portal do SIEMACO, o qual, entre outros, determina os valores relativos à remuneração dos profissionais dessa categoria para o ano de 2025.

Já para o posto de Responsável Técnico, os custos de mão de obra foram atualizados em conformidade com a convenção coletiva entre SINAENCO e SEESP – Vigência 01/05/2025 a 30/04/2026. Por fim, todos os custos levam em consideração a pesquisa de preços referenciais válida para março de 2025.

1.1.1. Custo Salarial

- Pisos salariais:
 - Jardineiro: R\$ 1.732,39 mensal;
 - Ajudante de jardinagem: R\$ 1.653,15 mensal;
 - Encarregado: R\$ 2.115,36 mensal;
 - Operador de roçadeira ou microtrator: R\$ 1.692,55 mensal; e
 - Responsável técnico: R\$ 11.293,70 mensal.
- Jornada de trabalho adotada:
 - 44 horas semanais de 2ª feira a sábado.

1.1.2. Benefícios aos Empregados

Convencionou-se atribuir a todos os profissionais envolvidos na Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins os benefícios concedidos pela convenção coletiva da categoria preponderante.

No que diz respeito às rubricas deste grupo, salienta-se que as empresas enquadradas no Lucro Real estão autorizadas a aproveitar créditos de PIS/COFINS associados aos custos com fornecimento de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e cesta básica. Tal consentimento é conferido pelos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.637, de 2002, amparados pela Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022. Isso posto, apresentam-se:



- a) Vale-transporte: valor unitário da condução do profissional = o valor da passagem de ônibus da cidade.
- Valor unitário: R\$ 5,49 (cidade de São Paulo);
 - Quantidade de tarifas diárias = 2 (duas);
 - Quantidade de tarifas/mês: dias efetivamente trabalhados multiplicados por 2, considerando:
 - Postos de 2ª feira a sábado = 24,93 dias/mês x 2 = 49,86 tarifas.
 - Parcela do trabalhador: desconto de 6% do salário-base do profissional.

b) Cesta Básica

- Conforme convenção coletiva da categoria, fica assegurado o pagamento de uma cesta básica no valor de R\$ 138,60 por profissional.

c) Vale-refeição

- Quantidade de refeições por dia: 1 (uma); e
- Valor unitário no valor de R\$12,50.

d) Auxílio-creche

Todas as empregadas mães receberão mensalmente, até que o filho complete 3 (três) anos de idade, a importância equivalente a 20% do salário-mínimo vigente no país (base março de 2025), que corresponde a R\$ 303,60 por cada filho(a), conforme comunicado da categoria. O percentual de auxílio-creche aplicado é o resultado da seguinte soma:

- Percentual de participação por gênero na CNAE (RAIS) multiplicado pelo percentual de mães em potencial – 21 a 49 anos na CNAE (RAIS) – multiplicado pelo percentual de fecundidade multiplicado pelo tempo de recebimento do benefício, que é o tempo de permanência do empregado na empresa, se esse for inferior ao tempo de concessão estipulado em convenção coletiva. Caso o tempo de permanência seja maior que o tempo estipulado, prevalece o tempo definido em convenção. O resultado é dividido pelo tempo de permanência do profissional na empresa.

e) Benefício Social Familiar

Foi previsto, em conformidade com a CCT da categoria, o custo mensal de R\$ 9,31 por profissional para o pagamento do benefício social familiar.

f) Dia da Categoria

Conforme convenção coletiva da categoria, foi previsto o pagamento de horas extraordinárias, com um acréscimo de 50% sobre a hora normal para as horas laboradas no dia do trabalhador de manutenção e execução de áreas verdes (16 de maio), quando a data cair em um dia de semana trabalhado.

1.1.3. Assistência à Saúde Médica e Odontológica

As empresas concederão a todos seus empregados um benefício constituído por assistência à saúde médica e odontológica, abrangendo o atendimento ambulatorial com consultas médicas e odontológicas, serviços de apoio ao diagnóstico, voltados a prevenção e procedimentos curativos básicos, com o valor de R\$ 34,94 por mês.

1.1.4. Adicionais de Periculosidade e Insalubridade

Tanto a insalubridade quanto a periculosidade são consideradas neste estudo. Nos termos vigentes no § 2º do art. 193 da CLT, o trabalhador tem o direito de escolher o adicional mais vantajoso economicamente entre esses adicionais, não sendo permitido recebê-los de forma concomitante:

- Insalubridade:
 - 20% do salário normativo da função aos profissionais que exerçam as funções de Jardineiro, Ajudante de jardinagem, Encarregado e Operador de roçadeira ou microtrator.
- Periculosidade:
 - 30% sobre a remuneração dos profissionais Operador de motosserra e Podador de árvore.

1.1.5. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

As empresas deverão fornecer uniformes completos para seus profissionais, bem como equipamentos de proteção e segurança, em conformidade com o acordo coletivo da categoria. Os preços referenciais (Quadro 37 e Quadro 38) para esses insumos foram obtidos conforme metodologia de pesquisa apresentada no capítulo II deste caderno.

Quadro 37: Valor unitário, quantitativo mínimo e vida útil de uniformes

Itens	Custo Unitário (R\$)	Quantidade por funcionário	Vida Útil (Meses)	Custo Mensal (R\$)
Calça	R\$ 45,30	2	6	R\$ 15,10
Camiseta	R\$ 16,70	2	6	R\$ 5,57
Crachá de identificação	R\$ 5,81	1	12	R\$ 0,48
Capa de chuva	R\$ 16,70	1	12	R\$ 1,39
Jaleco	R\$ 57,23	2	12	R\$ 9,54
Meia	R\$ 6,40	2	4	R\$ 3,20
Sapato	R\$ 76,86	1	6	R\$ 12,81
Custo Total Mensal				R\$ 48,09

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

**Quadro 38: Valor unitário, quantitativo mínimo e vida útil de EPIs**

Itens	Custo unitário (R\$)	Quantidade por funcionário	Vida útil (meses)	Custo mensal (R\$)
Avental	R\$ 8,66	1	12	R\$ 0,72
Bota PVC	R\$ 51,26	1	6	R\$ 8,54
Chapéu	R\$ 19,33	1	6	R\$ 3,22
Cinto de paraquedista*	R\$ 69,84	1	12	R\$ 5,82
Corda*	R\$ 2,50	1	24	R\$ 0,10
Luva	R\$ 5,09	2	2	R\$ 5,09
Óculos de proteção	R\$ 6,71	1	12	R\$ 0,56
Perneira	R\$ 37,84	2	12	R\$ 6,31
Protetor auricular	R\$ 19,98	1	12	R\$ 1,67
Protetor facial	R\$ 32,29	1	12	R\$ 2,69
Protetor solar	R\$ 13,52	1	0,24	R\$ 56,34
Repelente	R\$ 24,71	1	0,20	R\$ 123,56
Máscara de proteção	R\$ 33,69	1	12	R\$ 2,81
Custo total mensal:				R\$ 217,43

* Itens exclusivos para os cargos que atuam na área de taludes.

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

Dividindo o custo unitário pela vida útil e multiplicando pela quantidade prevista no posto, obtém-se o custo mensal com o item. O somatório destes gera o custo total mensal com uniformes e EPIs, apresentados no capítulo II (Quadro 5 a Quadro 9).

A vida útil do protetor solar considera a utilização de ml/ mês/ funcionário: 10 ml por aplicação para a área do rosto, pescoço, braço e mãos, 2 (duas) vezes ao dia, por 24,87 dias no mês. A referência utilizada para a definição da quantidade necessária para a adequada fotoproteção segue recomendação da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

1.2. Crédito PIS/COFINS

Considerou-se a possibilidade, facultada às empresas optantes pelo sistema de tributação pelo lucro real, de reaver impostos federais PIS e COFINS (total de 9,25%) pagos na aquisição de bens e serviços de insumos diretos do processo produtivo.

1.3. Ferramentas

O custo com as ferramentas utilizadas foi considerado com base no levantamento dos preços médios unitários resultantes de pesquisas efetuadas junto ao mercado fornecedor, de sua vida útil e da frequência de sua utilização.

A relação das ferramentas utilizadas foi apresentada no Quadro 15, assim como o valor unitário total mensal. Esse resultado foi obtido dividindo o valor unitário pela vida útil do mesmo, descontando-se o crédito PIS/COFINS (9,25%).

O custo mensal total com ferramentas para os diferentes serviços, apresentado no

capítulo II (Quadro 16 a Quadro 39), foi obtido a partir da multiplicação da quantidade necessária pelo valor unitário total mensal dividido pela área de 50.000 m², considerada para efeito de cálculo.

1.4. Equipamentos

O custo com equipamentos utilizados foi considerado com base no levantamento dos preços médios unitários, resultantes de pesquisas efetuadas junto ao mercado fornecedor, de sua vida útil e da frequência de utilização.

A relação dos equipamentos utilizados foi apresentada no Quadro 22, assim como o valor unitário total mensal. Este resultado foi obtido seguindo os passos a seguir.

- Dividindo o valor unitário pela vida útil do mesmo, encontra-se o valor mensal;
- Para o cálculo do custo de oportunidade, considerou-se uma taxa de remuneração do capital igual a 13,25% ao ano (Taxa Selic março de 2025⁴);
- O valor unitário parcial mensal é resultado do somatório do valor mensal com o custo de oportunidade; e
- Por fim, chega-se ao valor unitário total mensal através da diferença entre o valor unitário parcial e o crédito PIS/COFINS (9,25%).

O custo mensal total com equipamentos para os diferentes serviços, apresentado no capítulo II (Quadro 23 a Quadro 29), foi obtido a partir da multiplicação da quantidade necessária pelo valor unitário total mensal dividido pela área de 50.000 m², considerada para efeito de cálculo.

1.5. Insumos

O custo com os insumos utilizados foi considerado com base no levantamento de seus preços médios unitários, resultantes de pesquisas efetuadas junto ao mercado fornecedor, e da frequência de utilização.

A relação dos insumos utilizados foi apresentada no Quadro 24, assim como o valor unitário total mensal. Esse resultado foi obtido descontando-se o crédito PIS/COFINS (9,25%) do valor unitário.

O custo mensal total com insumos para os diferentes serviços, apresentado no capítulo II (Quadro 25 a Quadro 29), foi obtido a partir da multiplicação do valor unitário total mensal multiplicado pela quantidade, multiplicado pelo rendimento/m² e pela periodicidade anual. Ao final, esse resultado foi mensalizado.

1.6. Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs)

O custo com os equipamentos de proteção coletiva utilizados foi considerado com base no levantamento de seus preços médios unitários, resultantes de pesquisas efetuadas junto ao mercado fornecedor, de sua vida útil e da frequência de sua utilização.

A relação dos EPCs utilizados foi apresentada no Quadro 30, assim como o valor unitário total mensal. Este resultado foi obtido dividindo o valor unitário pela vida útil do mesmo, descontando-se o crédito PIS/COFINS (9,25%).

⁴ Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>



O custo mensal total com EPCs para os diferentes serviços, apresentado no capítulo II (Quadro 31 a Quadro 35), foi obtido multiplicando a quantidade necessária pelo valor unitário total mensal e dividindo este resultado pelas diferentes produtividades dos serviços apresentadas no Quadro 39.

1.7. Produtividade

O número necessário de profissionais foi dimensionado levando-se em consideração a metragem a ser atendida para cada tipo de serviço (manutenção e conservação de gramado em área plana e de talude, jardins, poda de pequena monta e manutenção e conservação de áreas verdes – roçagem com remoção).

O indicador utilizado para cálculo de pessoal foi a relação de mão de obra em função do tempo estimado no desenvolvimento das atividades para a unidade de medida adotada.

Assim, para a execução dos serviços foram consideradas as seguintes produtividades:

Quadro 39: Produtividades por serviço (m²/mês)

Produtividade por Serviço	m²/Mês
Manutenção e conservação de gramados em área plana	5.000
Manutenção e conservação de gramados em área de talude	3.000
Manutenção e conservação de jardins	3.000
Poda de pequena monta	3.000
Manutenção e conservação de áreas verdes: roçagem com remoção	6.000

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

Com base nesses parâmetros e para efeito de cálculo, o dimensionamento da equipe de trabalho foi elaborado considerando-se uma área total de 50.000 m².

2. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

São classificados como encargos sociais os custos incidentes sobre a folha de pagamento das empresas. Tais custos são provenientes de leis asseguradas pela Constituição Federal de 1988, da Consolidação das Leis Trabalhistas, ou mesmo de acordos firmados em convenções coletivas de trabalho da categoria representativa.

O presente caderno engloba os encargos relativos à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no estado de São Paulo para trabalhadores contratados sob o regime de remuneração mensal.

É importante salientar que a determinação do cálculo dos percentuais dos encargos associados ao emprego está amparada em estatísticas específicas do setor para o Estado de São Paulo. Nesses termos, as informações extraídas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Previdência Social, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), bem como da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estão enquadradas no código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas **8130 – Atividades Paisagísticas**.



Acrescenta-se, ainda, que os encargos estão suportados por dados populacionais regionais coletados junto ao SEADE, além de conceitos estabelecidos nas legislações previdenciária, tributária e na própria legislação de trânsito vigente até a data da publicação deste caderno.

Outro aspecto fundamental deliberado na determinação dos encargos sociais refere-se à atribuição de idade mínima de 18 anos para o provimento de todos os postos de trabalho envolvidos na Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins.

Perante tais premissas, os encargos sociais estão discriminados em seis grupos distintos, a saber:

- Grupo A – Engloba as obrigações que, por lei, incidem diretamente sobre a folha de pagamento das empresas e, como tal, recaem sobre o total da remuneração devida aos empregados do setor. Estão contemplados neste grupo a contribuição com a Previdência Social, FGTS, salário-educação, Seguro Contra Riscos e Acidentes⁵, além de recolhimentos para instituições de natureza pública como SESI/Sesc, SENAI/Senac, Incra e Sebrae;
- Grupo B – Refere-se aos custos com a reposição do profissional ausente, cujos motivos são assegurados por lei, por meio da Constituição Federal de 1988, da Consolidação das Leis Trabalhistas, ou mesmo de acordos firmados em convenções coletivas de trabalho da categoria;
- Grupo C – Abrange o provisionamento de abonos legais como 13º salário e abono de férias (terço constitucional), que são pagos diretamente ao empregado;
- Grupo D – Composto pelos custos rescisórios do contrato de trabalho, como o aviso-prévio indenizado, o aviso-prévio trabalhado e as respectivas multas do FGTS. Acrescentam-se a estes as incidências dos encargos previdenciários e FGTS e todas as orientações legais advindas da Lei Federal nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019;
- Grupo E – Contempla o provisionamento de outros encargos sociais devidos ao trabalhador, tais como afastamento maternidade, abono pecuniário e indenização adicional; e
- Grupo F – Corresponde aos percentuais de reincidência do grupo A sobre os grupos B e C.

Nos tópicos a seguir, serão apresentados o resumo dos encargos sociais e trabalhistas calculados (2.1); os parâmetros utilizados com suas respectivas fontes de informação e metodologia (2.2); a apuração do tempo efetivamente trabalhado (2.3) e o detalhamento dos cálculos dos encargos sociais e trabalhistas (2.4).

⁵ Contribuição destinada a custear benefícios concedidos em razão de aposentadoria especial ou incapacidade laborativa. Segundo previsto no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991, a alíquota de contribuição das empresas para com os riscos ambientais do trabalho pode ser de 1,00%, 2,00% ou 3,00% da remuneração paga aos empregados. Essas alíquotas podem ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% por meio do multiplicador Fator Acidentário de Prevenção (FAP), previsto no art. 202-A do Decreto 3.048/1999, atualizado pelo Decreto 6.957/2009. Esse multiplicador pode variar de 0,50 a 2,00, a depender do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Dito isso, foi considerada neste documento a alíquota média de 3,00% para o Seguro Contra Riscos e Acidentes.



2.1. Resumo dos Encargos Sociais e Trabalhistas – Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Jornada 44 Horas Semanais

Encargos Sociais e Trabalhistas	% Encargos
Grupo A – Encargos sociais básicos	36,8000%
Previdência Social	20,0000%
SESI/Sesc	1,5000%
SENAI/Senac	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro contra acidentes de trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
Grupo B – Tempo remunerado e não trabalhado	11,6700%
Férias	9,0960%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5320%
Ausências legais	0,9070%
Licença-paternidade	0,0480%
Acidente de trabalho	0,0670%
Aviso-prévio trabalhado	0,0200%
Grupo C – Adicional de férias e 13º salário	12,3600%
Adicional de férias	3,0320%
13º salário	9,3280%
Grupo D – Obrigações rescisórias	8,0486%
Aviso-prévio indenizado	5,5770%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,4460%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,8320%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1930%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0006%
Grupo E – Aprovisionamento de casos especiais	1,6355%
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0180%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0015%
Percentual referente a abono pecuniário	0,1300%
Percentual referente a reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	1,0840%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0370%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,3650%
Grupo F – Incidências cumulativas	8,8430%
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	8,8430%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,2950%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,5480%
Total Geral	79,3571%



2.2. Parâmetros Utilizados nos Cálculos dos Encargos Sociais e Trabalhistas

Parâmetros da Jornada de Trabalho	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Quantidade de dias por ano	365,2500	Calendário gregoriano	O número de dias por ano, considerando 1 ano bissexto a cada 4 anos
Quantidade de meses do ano	12,0000	Calendário gregoriano	–
Quantidade de dias por mês	30,4375	Calendário gregoriano	O número de dias por ano, considerando 1 ano bissexto a cada 4 anos, dividido pela quantidade de meses do ano
Quantidade de dias por semana	7,0000	Calendário gregoriano	–
Quantidade de semanas por mês	4,3482	Cálculo	O número de dias por mês, considerando 1 ano bissexto, dividido pela quantidade de semanas por mês
Quantidade de dias trabalhados por semana	6,0000	CCT	Convenção coletiva de trabalho
Quantidade de folgas por semana	1,0000	CCT	Convenção coletiva de trabalho
Horas trabalhadas por semana	44,0000	CCT	Convenção coletiva de trabalho
Quantidade de horas efetivamente trabalhadas por dia	7,3333	CCT	Convenção coletiva de trabalho
Total de feriados de 2ª a 6ª feira no ano corrente	17,0000	Calendário para o estado de SP	17 feriados: 12 em datas fixas: 1º de janeiro, 25 de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 09 de julho, 07 de setembro, 12 de outubro, 28 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro, 20 de novembro e 25 de dezembro; 05 em datas móveis: Carnaval (2ª a 4ª feira), Sexta-Feira Santa (6ª feira) e Corpus Christi (5ª feira).
Média de feriados por mês	1,4167	Cálculo	Total de feriados por ano dividido pelo número de meses do ano



Parâmetros da População Feminina	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Taxa de fecundidade para o estado de São Paulo	40,3500	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)	Referente ao ano de 2024, de acordo com Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), do Governo do Estado de São Paulo
Proporção de mulheres aptas a procriar (idade entre 18 e 49 anos) na categoria profissional em análise	69,2504%	Cálculo	Dado apurado de acordo com CNAE 8130 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Proporção de mulheres na categoria profissional em análise	21,4953%	RAIS	Dado apurado de acordo com CNAE 8130 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Percentual de fecundidade	4,0350%	Cálculo	Taxa calculada com base na faixa etária entre 18 e 49 anos

Parâmetros da População Masculina	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Proporção de homens aptos a procriar (idade entre 18 e 90 anos) na categoria profissional em análise	99,3314%	Cálculo	Considerado que homem em atividade laboral é capaz de procriar
Proporção de homens na categoria profissional em análise	78,5047%	RAIS	Dado apurado de acordo com CNAE 8130 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024

Parâmetros da Movimentação do Empregado (CNAE 8130)	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Estoque do emprego recuperado no início do período (31/12/2023)	10.236	CAGED	Dado apurado para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2023
Estoque do emprego recuperado no final do período (31/12/2024)	10.791	CAGED	Dado apurado para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Estoque médio do emprego no ano	10.514	Cálculo	Média entre estoque do emprego em 31/12/2023 e o estoque do emprego em 31/12/2024
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%	Cálculo	Total de demissões sem justa causa no ano dividido pelo estoque médio do emprego no ano
Número total de dias de aviso-prévio (dias corridos)	33,0000	Art. 7º, XXI, CF/1988; Lei nº 12.506/2011; art. 487, II CLT; Lei 13.467/2017	De acordo com a Lei nº 12.506/2011, a duração do aviso-prévio é de trinta dias para quem tem até um ano de trabalho na mesma empresa e serão acrescidos três dias para cada ano de serviço prestado, até o máximo de 60 dias, em um total de até 90 dias
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio trabalhado	2,0000%	Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017	Para a referida norma, em torno de 2,00% dos trabalhadores cumprem dispensa por aviso-prévio trabalhado
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio indenizado	98,0000%	Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017	Diferença entre o total de demitidos (100%) e o % de empregados que recebem aviso-prévio indenizado (2,00%)



Afastamento do Emprego – Férias	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Dias de férias para trabalhadores que não optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	30,0000	Art. 130 da CLT, Lei 13.467/2017	Art. 130 CLT, inciso I: 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes
Percentual de trabalhadores que não optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	96,8700%	Cálculo	Estimativa de mercado
Dias de férias para trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	20,0000	Art. 143 da CLT, Lei 13.467/2017	O art. 143 da CLT faculta ao empregado a conversão de 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes
Percentual de trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	3,1300%	Cálculo	Estimativa de mercado
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de férias garantidos por lei	24,3081	Cálculo	Férias de 30 dias multiplicados pela respectiva proporção somada às férias de 20 dias multiplicados pela respectiva proporção. Esse resultado é multiplicado pelo fator de dias trabalhados por dias corridos



Afastamento do Emprego – Enfermidade ≤ 15 Dias	Jornada 44 Horas (2ª feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Faltas em decorrência de enfermidade ≤ 15 dias	5,0000	Artigo 131, inciso III da CLT e atualização dos percentuais máximos para Encargos Sociais (STF/Secretaria de Controle Interno), de 03 de outubro de 2007	O empregador tem o dever de arcar com a remuneração dos trabalhadores nos 15 primeiros dias de afastamento por enfermidade
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivamente não trabalhados devido a faltas justificadas por afastamento enfermidade ≤ 15 dias	4,0941	Cálculo	Dias de afastamento por enfermidade multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos

Afastamento do Emprego – Ausências Legais	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Quantidade de ausências legais	2,9600	Arts. 473 e 83 da CLT e Manual de Orientação para preenchimento da planilha analítica de composição de custos e formação de preços constante do Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017.	Morte do cônjuge, do ascendente ou do descendente (02 dias), casamento (03 dias), doação de sangue (01 dia), alistamento eleitoral (02 dias), exigências do serviço militar (01 dia), provas de vestibular (02 dias) e testemunha em processos judiciais (01 dia). Segundo o Manual, o MP informou que há em média 2,96 faltas por ano nesta rubrica
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de faltas justificadas por ano	2,4237	Cálculo	Dias de faltas justificadas multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos

Afastamento do Emprego – Licença-paternidade	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Dias de afastamento por licença- paternidade	5,0000	Artigo 7º, XIX, da CF/88; art. 10, § 1º da CLT; Lei nº 13.467/2017	Não considerada a prorrogação facultada pela Lei 11.770/2008 (Empresa Cidadã)
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de afastamento por licença-paternidade	4,0941	Cálculo	Dias de afastamento paternidade multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos



Afastamento do Emprego – Acidente de Trabalho	Jornada 44 horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho ≤ 15 dias	15,0000	Artigo 19 da Lei nº 8.213/1991; art. 5º, § 2º da Lei nº 6.367/1976; art. 131 da CLT; Lei nº 13.467/2017; Decr. nº 3.048/1999	O empregador tem o dever de arcar com a remuneração dos trabalhadores nos 15 primeiros dias de afastamento por acidente de trabalho
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho ≤ 15 dias, não coincidentes com o repouso semanal	12,2822	Cálculo	Dias não trabalhados por acidente de trabalho ≤ 15 dias, multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos
Ocorrência de acidente de trabalho	1,4510%	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho	Dado apurado de acordo com CNAE 8130 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2021 (o mais recente)
Dias de afastamento por acidente de trabalho no ano, com base no Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho 2019	0,1782	Cálculo	Dias não trabalhados por acidente de trabalho ≤ 15 dias multiplicados pela ocorrência de acidente de trabalho
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho > 15 dias	0,0600	Cálculo	Parâmetro atribuído ao setor

Afastamento do Emprego – Aviso-prévio Trabalhado	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Dias de ausências facultadas ao empregado no cumprimento de aviso-prévio trabalhado	7,0000	Artigo 7º, XXI, da CF/88; arts. 477, 487 e 491 da CLT; Lei 13.467/2017	É garantido ao trabalhador redução da jornada diária em 2 horas, sem prejuízo do salário, ou optar por faltar ao serviço por 7 dias corridos, sem prejuízo da remuneração
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de ausência por aviso-prévio	5,7317	Cálculo	Dias de ausência por aviso-prévio multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos

Afastamento do Emprego – Licença-maternidade	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
Dias de afastamento por licença-maternidade	120,0000	Artigo 7º, XXI, da CF/88; arts. 477, 487 e 491 da CLT; Lei 13.467/2017	Não considerada a prorrogação facultada pela Lei 11.770/2008 (Empresa Cidadã)
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de afastamento por licença-maternidade	98,2576	Cálculo	Dias de afastamento maternidade multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos



Afastamento do Emprego – FGTS e Multas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)	Fonte	Metodologia
FGTS	8,0000%	Lei nº 8.036/1990	Aplicação da legislação vigente
Multa FGTS	40,0000%	Leis nº 8.036/1990, 9.491/1997 e LC 110/2001	Aplicação da legislação vigente

A seguir é apresentado o detalhamento dos encargos sociais e trabalhistas. Convém salientar que eventuais diferenças verificadas na quarta casa decimal, fruto do somatório dos grupos dos encargos sociais e trabalhistas, são decorrentes de arredondamentos. Reitera-se, portanto, que o percentual atribuído a cada posto de trabalho reflete a realidade e está de acordo com os cálculos efetuados.

2.3. Apuração do Tempo Efetivamente Trabalhado por Ano

Cálculo de Dias de Prestação de Serviços	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Quantidade de dias por ano	365,2500
Quantidade de repouso semanais no ano	52,1786
Recessos no ano (dias)	0,0000
Feriados não coincidentes com repouso semanal	14,0000
Total de Dias do Ano, Desconsiderado o Repouso Semanal	299,0714

a) Ausência por Férias	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Dias de férias para trabalhadores que não fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	30,0000
Percentual de trabalhadores que não fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	96,8700%
Dias de férias para trabalhadores que fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	20,0000
Percentual de trabalhadores que fazem conversão de 1/3 do período de férias em remuneração	3,1300%
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
Saldo de Dias de Férias por Ano	24,3081
b) Afastamento por Enfermidade	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Dias não trabalhados por afastamento enfermidade ≤ 15 dias	5,0000
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
Dias Efetivos de Afastamento por Enfermidade no Ano	4,0941

c) Ausências Legais: art. 473 da CLT (Considera-se um valor estimativo)	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Quantidade de ausências legais	2,9600
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
Dias Efetivos de Ausências Legais no Ano	2,4237



d) Licença-paternidade	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Quantidade de dias de licença-paternidade	5,0000
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
Proporção de homens na categoria profissional em análise	78,5047%
Proporção de homens aptos a procriar na categoria profissional em análise	99,3314%
Percentual de fecundidade das mulheres entre 21 e 49 anos	4,0350%
Dias/Ano de Ocorrência de Licença-paternidade	0,1288

e) Auxílio Acidente de Trabalho ≤ 15 Dias	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho menor que 15 dias	15,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188
Ocorrência de acidente de trabalho	1,4510%
Dias/Ano de Ocorrência de Auxílio Acidente de Trabalho ≤ 15 Dias	0,1782

f) Aviso-prévio Trabalhado	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Número de faltas por aviso-prévio trabalhado	7,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188
Dias efetivos de ausência por aviso-prévio	5,7317
Percentual de aviso-prévio trabalhado	2,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%
Dias Efetivos de Afastamento por Cumprimento do Aviso-prévio Trabalhado no Ano	0,0528

g) Licença-maternidade	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Dias de licença-maternidade	120,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188
Dias efetivos de afastamento por licença-maternidade	98,2576
Proporção de mulheres na categoria profissional em análise	21,4953%
Proporção de mulheres aptas a procriar na categoria profissional em análise	69,2504%
Percentual de fecundidade das mulheres entre 18 e 49 anos	4,0350%
Dias Efetivos de Afastamento por Licença-maternidade no Ano	0,5902

h) Auxílio Acidente de Trabalho > 15 Dias	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho > 15 dias	0,0600
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8188
Dias por Afastamento por Acidente de Trabalho > 15 Dias no Ano	0,0491

Total de Dias de Ausências no Ano (a + b + c + d + e + f + g + h)	31,8250
--	----------------

Total de Dias Efetivamente Trabalhados no Ano	267,2464
--	-----------------



2.4. Detalhamento dos Cálculos dos Encargos Sociais e Trabalhistas

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo A – Encargos sociais básicos	36,8000%
Previdência Social	20,0000%
SESI/Sesc	1,5000%
SENAI/Senac	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro contra acidentes de trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo B – Tempo remunerado e não trabalhado	11,6700%
Férias	9,0960%
Dias efetivos de afastamento por férias no ano	24,3081
Total de dias efetivamente trabalhadas por ano	267,2464
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5320%
Dias efetivos de afastamento por enfermidade no ano	4,0941
Total de dias efetivamente trabalhados por ano	267,2464
Ausências legais	0,9070%
Dias efetivos de ausências legais no ano	2,4237
Total de dias efetivamente trabalhados por ano	267,2464
Licença-paternidade	0,0480%
Dias efetivos de afastamento por licença-paternidade no ano	0,1288
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464
Acidente de trabalho	0,0670%
Dias efetivos de afastamento por auxílio acidente de trabalho ≤ 15 dias no ano	0,1782
Total de dias efetivamente trabalhados por ano	267,2464
Aviso-prévio trabalhado	0,0200%
Proporção de trabalhadores demitidos com aviso-prévio trabalhado	2,0000%
Dias efetivos de afastamento por cumprimento do aviso-prévio trabalhado no ano	7,0000
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo C – Adicional de férias e 13º salário	12,3600%
Adicional de férias	3,0320%
13º salário	9,3280%



Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo D – Obrigações rescisórias	8,0486%
Aviso-prévio indenizado	5,5770%
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio indenizado	98,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%
Duração do aviso-prévio – Lei 12.506/2011 (dias)	33,0000
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,4460%
Aviso-prévio indenizado	5,5770%
FGTS	8,0000%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,8320%
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%
Percentual referente a 13º salário	9,3280%
Percentual referente a adicional de férias	3,0320%
Percentual referente a ausência por férias	9,0960%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5320%
Percentual referente a licença-paternidade	0,0480%
Percentual referente a ausências legais	0,9070%
Percentual referente a ausência por acidente de trabalho ≤ 15 dias	0,0670%
Percentual referente a ausência por acidente de trabalho > 15 dias	0,0180%
Percentual referente a afastamento maternidade	0,2210%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1930%
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Percentual referente a aviso-prévio indenizado	5,5770%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0006%
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Percentual referente a aviso-prévio trabalhado	0,0200%



Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo E – Aprovisionamento de casos especiais	1,6355%
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0180%
Afastamento por licença-maternidade no ano	0,2210%
Grupo A – Encargos sociais básicos	8,0000%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0015%
Dias de afastamento por acidente de trabalho > 15 dias no ano	0,0600
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8188
FGTS	8,0000%
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464
Percentual referente a abono pecuniário	0,1300%
Dias efetivamente trabalhados por mês	24,9300
Percentual de trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 do período de férias em remuneração	3,1300%
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464
Percentual referente a reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	1,0840%
Percentual referente a aviso-prévio indenizado	5,5770%
Número de meses por ano	12,0000
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0370%
Percentual referente a aviso-prévio indenizado	5,5770%
Número de meses por ano	12,0000
FGTS	8,0000%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,3650%
Percentual de demitidos a 30 dias da data-base da categoria profissional, obtido no CAGED	8,4894%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,0836%
Dias efetivamente trabalhados por mês	24,93
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,2464

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 Horas (2ª Feira a Sábado)
Grupo F – Incidências Cumulativas	8,8430%
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	8,8430%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,2950%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,5480%

Encargos Sociais e Trabalhistas	% Encargos
Total Geral	79,3571%

3. BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Na formulação do preço final de um serviço, define-se que:

$$P_f = C_{Dir} \times BDI$$

Em que:

P_f : Valor que uma Administração está disposta a pagar pela execução de um serviço, dentro de determinadas condições comerciais e especificação técnica;

C_{Dir} : Custo Direto é todo gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado, de forma a poder ser diretamente apropriado como custo de fase específica do serviço; e

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas corresponde a uma taxa que incide sobre os custos diretos dos serviços, resultando no preço final.

A metodologia de cálculo da taxa de BDI, que incidirá sobre os custos diretos do serviço para a obtenção do preço final de venda, é detalhada a seguir a partir de seus componentes.

3.1. Custos e Despesas Indiretas

Os custos indiretos são todos os gastos envolvidos diretamente na execução dos serviços, que podem ser caracterizados e quantificados, mas não são passíveis de serem apropriados a uma fase específica, a exemplo de supervisor, preposto para acompanhamento do contrato etc.

As despesas indiretas, embora associadas à produção, não estão relacionadas especificamente com o serviço, e sim com a natureza de produção da empresa, ou seja, são gastos devidos à estrutura administrativa e à organização da empresa que resultam no rateio entre os diversos contratos que a empresa detém, a exemplo de gastos com a administração central e despesas securitárias, que são gastos com seguros legais, como o seguro de responsabilidade civil.

Para o provisionamento dos custos e despesas indiretas, adotou-se o percentual de:

- 0,50% para cobrir o Seguro Responsabilidade Civil; e
- 5,31% para remunerar os demais custos e despesas que, entre outros, compreendem:
 - Remuneração de pessoal administrativo;
 - Transporte de pessoal administrativo;
 - Aluguel da sede;
 - Despesas com água, luz e comunicação;
 - Imposto predial e taxa de funcionamento;
 - Material de escritório;
 - Manutenção e conservação predial; e
 - Manutenção de equipamentos de escritório.

3.2. Lucro Bruto

O lucro bruto no BDI é representado por uma taxa incidente sobre o total geral dos custos e despesas, excluídas as despesas fiscais.

No conceito de lucro bruto, nos termos definidos em estudos elaborados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), adotou-se uma faixa de valores que limitará a possível variação de taxa de lucro bruto.

Essa faixa é definida com base na margem bruta (*mark-up*) extraída das demonstrações financeiras das empresas do ramo, obtidas junto aos cadastros de fornecedores de órgãos da Administração Pública do Estado de São Paulo.

Tendo em vista as considerações anteriormente citadas, a taxa de lucro bruto que está sendo utilizada é de 7,20%.

3.3. Despesas Fiscais

As despesas fiscais são gastos relacionados com o recolhimento de contribuições, impostos e taxas que incidem diretamente no faturamento, tais como PIS, COFINS e ISSQN.

a) Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)

- Contribuintes: são contribuintes do PIS, segundo as regras vigentes, as pessoas jurídicas de direito privado, de fins lucrativos, e as que são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda;
- Base de cálculo: a base de cálculo da contribuição é a receita bruta mensal, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas (art. 1º da Lei Federal nº 10.637, de 2002); e
- Alíquota: a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65% (art. 2º da Lei Federal nº 10.637, de 2002).

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

- Base de cálculo: a base de cálculo da COFINS é composta pela totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente da atividade exercida e da classificação contábil das receitas; e
- Alíquota: 7,60% (art. 2º da Lei Federal nº 10.833, de 2003).

c) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

- Alíquota: para o presente trabalho, foi adotada a alíquota vigente no município de São Paulo, que é de 5%.



3.4. Fórmula para Cálculo e Aplicação do BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{1 - C}$$

Em que:

A: Taxa do somatório das despesas indiretas (%);

B: Taxa representativa do lucro bruto (%); e

C: Taxa representativa da incidência de despesas fiscais (%).

Quadro 40: Parâmetros para cálculo do BDI

Item	Total	Componentes	Subtotal
Despesas indiretas	5,81%	Administração central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas fiscais	14,25%	COFINS	7,60%
		ISSQN	5,00%
		PIS	1,65%

Fonte: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins – Vol. 18 – Mar./2025.

$$\text{BDI} = \frac{(1 + 5,81\%) \times (1 + 7,20\%)}{1 - 14,25\%}$$

$$\text{BDI} = 1,32278 = 32,278\%$$

CAPÍTULO IV



MINUTAS PADRONIZADAS



CAPÍTULO IV – MINUTAS PADRONIZADAS

Em atenção ao disposto no artigo 19 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, em seu artigo 3º, determinou que os órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta e autárquica devem utilizar as minutas-padrão instituídas pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), com o auxílio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), para as licitações e contratações regidas pela referida Lei.

Essas minutas destinam-se à utilização pelos órgãos e entidades assessorados pela PGE, e os representantes do Estado em fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público deverão adotar as providências necessárias à observância das orientações deste volume, no que couber.

A unidade contratante deverá observar integralmente as orientações e parâmetros constantes dessas minutas, adaptando-as quando houver especificidades (devidamente justificadas no processo administrativo). Elaboradas com base na legislação vigente e nas melhores práticas de gestão, visam à padronização de procedimentos, à segurança jurídica e à eficiência administrativa, contribuindo para reduzir riscos, uniformizar entendimentos e fortalecer o controle preventivo sobre os atos administrativos.

As versões atualizadas das minutas-padrão encontram-se disponíveis no **Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo** (<https://compras.sp.gov.br/toolkits/>) e no **sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado** (<https://www.pge.sp.gov.br/>).



CRÉDITOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TARCÍSIO DE FREITAS – Governador

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

CAIO PAES DE ANDRADE – Secretário

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI – Secretário Executivo

MÔNICA ESPOSITO DE MORAES ALMEIDA RIBEIRO – Chefe de Gabinete

RENATO RIBEIRO FENILI – Subsecretário de Gestão

DIRETORIA DE NORMAS E SISTEMAS DE LOGÍSTICA – DNSL

MARINA DO BÉ N. M. DE FRANÇA FERREIRA – Diretora da DNSL

ADRIANO CARNEIRO – Coordenador de Normas e Procedimentos

ÁLBER MEDEIROS JULIANELLI – Chefe da Divisão de Orientação Normativa e Atendimento aos Órgãos de Controle

FELIPE KIRSNERIS – Chefe da Divisão de Elaboração de Atos Normativos

EQUIPE DE REVISÃO

Equipe CadTerc

APOIO TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO

Fundação Instituto de Administração – FIA